Relatório de Gestão e Contas 2017

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

Relatório de Gestão e Contas **2017**

LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Capital Social: 5 000 000 Euros
Sede Social: Mitrena – 2910-738 Setúbal
Conservatória do Registo Comercial de Setúbal
Matrícula N.º 503 847 151
Pessoa Colectiva N.º 503 847 151

Relatório de Gestão e Contas **2017**

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Relatório de Gestão e Contas 2017

Design de Comunicação e Produção
DDLX [www.ddlx.pt]
Direcção de Arte **José Teófilo Duarte**
Design e Paginação **Eva Monteiro** | **João Silva** | **Lília Correia**

Impressão e Acabamento
Regiset

Março 2018

ÍNDICE

Membros dos Órgãos Sociais 7

Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas 9

Relatório do Conselho de Administração 13

► 1 Introdução 13

► 2 Considerações Gerais sobre o Mercado 17

► 3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval 22

► 4 Investimentos/Outros 24

► 5 Recursos Humanos 26

► 6 Situação Económica e Financeira 31

► 7 Perspectivas de Actividade para 2018 37

► 8 Proposta de Aplicação de Resultados 41

► 9 Referências Finais 41

Balanço 46

Demonstração de Capital Próprio 48

Demonstração de Resultados 49

Demonstração dos Fluxos de Caixa 50

Anexo 51

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 92

Certificação Legal das Contas 94

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 28 de Março de 2018 Relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2017 97

Delegações e Representações 100

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÉNIO 2017-2020

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Vice-Presidente:
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro
Secretário:
Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente:
Eng. José António Leite Mendes Rodrigues
Vogais:
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Eng. Manuel Serpa Leitão

Administrador Delegado

Eng. Peter Luijckx
Administrador Delegado Adjunto
Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente:
Sr. Francisco José da Silva
Vogais:
Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia
RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA
– representado por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)
Suplente:
Dr. António José Lino do Patrocínio Santos (Roc nº 840)

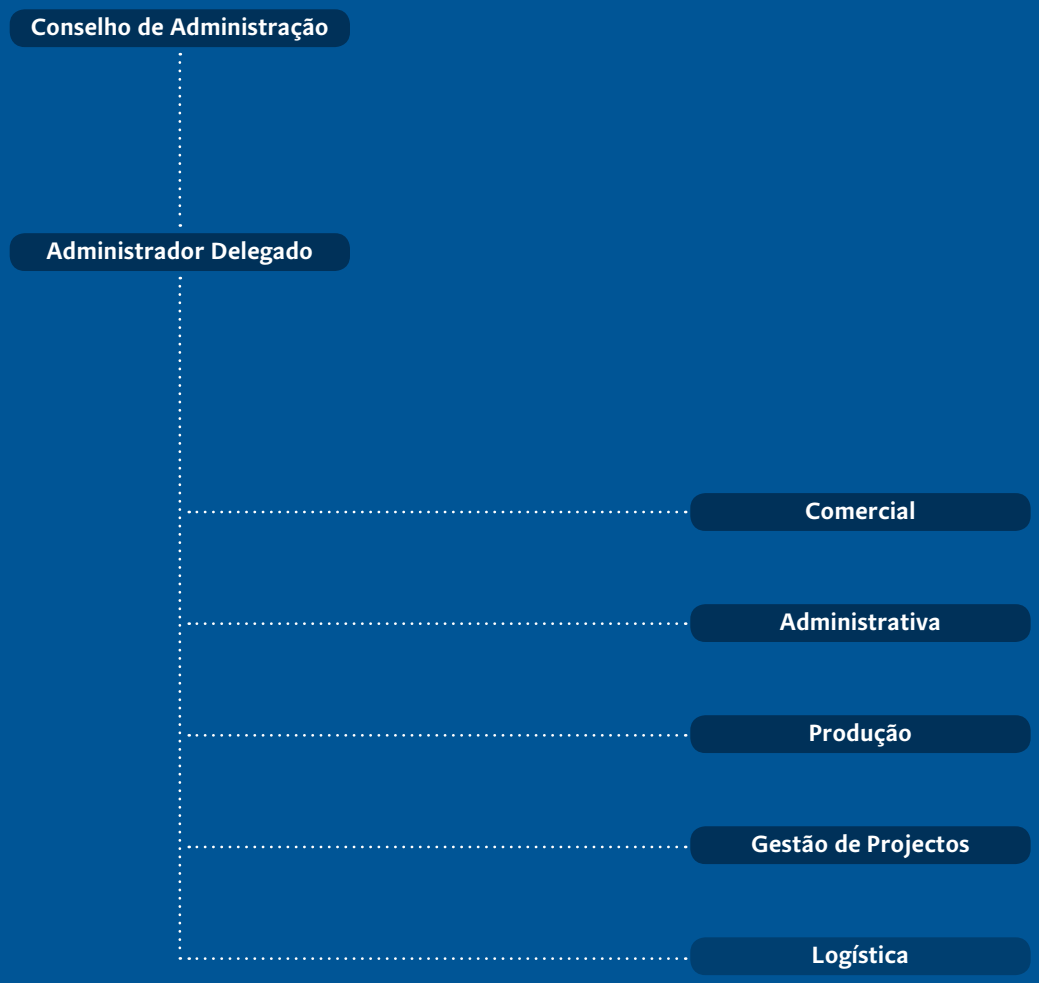
Secretário da Sociedade

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Comissão de Vencimentos

Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Secretário:
Dr. Walter Klausmann

ESTRUTURA DA EMPRESA



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., para reunir, no dia 28 de Março de 2018, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º – Deliberar sobre o Relatório De Gestão e Contas do Exercício de 2017;
2º – Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal;
3º – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
4º – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
5º – Proceder à eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o Quadriénio 2017 – 2020.

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sitio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.

Setúbal, 17 de Fevereiro de 2018
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 | Introdução

A Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., cuja actividade continua a estar muito condicionada pelos efeitos, no sector, do crescimento da economia mundial, enfrentou no ano de 2017 mais uma difícil situação de mercado.

Naquele que passa à História como um dos Exercícios com mercado mais difícil da vida da Empresa, a procura, medida em número de consultas, atingiu o segundo nível mais baixo de sempre, com apenas 478 consultas recebidas, tendo o índice de sucesso comercial igualado os 17% verificados no ano anterior, o valor mais baixo registado pela Empresa.

A adversidade resultante do efeito conjugado da situação antes descrita com a superveniência de algumas dificuldades a nível de cobranças, não permitiu que fossem atingidos os objectivos de actividade assumidos pela Lisnave no Orçamento para 2017.

Contudo, apesar de considerar insatisfatório o nível de desempenho conseguido, o Conselho de Administração, não quer deixar de relevar o facto de num contexto tão adverso, os Resultados Líquidos obtidos terem sido positivos.

Antes da análise habitual ao Exercício, o Conselho de Administração pretende, dada a importância dos indicadores de actividade acumulados, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, evidenciar que a Lisnave, no período que decorre desde o início do Plano de Reestruturação, segundo semestre de 1997, até ao final do presente Exercício, procedeu à reparação/manutenção de 2.391 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o mundo, a qual se traduziu em Vendas de 2,17 mil milhões de Euros, que incluem uns muito expressivos 2,05 mil milhões, para exportação.

Esta actividade permitiu assegurar, o pagamento de Salários globais equivalentes a 1.232 milhões de Euros e entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e Impostos, de cerca de 219 milhões de Euros.

O Exercício de 2017

A Lisnave, como já foi referido, enfrentou, no ano de 2017, condições de mercado particularmente adversas, as quais, agravadas pelo efeito decorrente do registo de um elevado nível de imparidades de dívidas a receber, não permitiram, apesar do Resultado Líquido positivo, atingir um nível de desempenho considerado satisfatório.

De facto, a actividade comercial desenvolvida e o nível do designado "Repeat Business", não foram suficientes para compensar o efeito da degradação do mercado, tendo a Lisnave procedido à reparação/manutenção de apenas 78 navios no Exercício.

O conteúdo médio de trabalho por navio, nas reparações de rotina, dado que os Armadores continuam a confrontar-se com baixa rentabilidade da sua actividade - uma vez que os custos de exploração dos navios são muito elevados para o nível dos preços de venda dos seus serviços - continuou em níveis muito baixos. No entanto, a factura média, em resultado da grande dimensão de alguns dos trabalhos efectuados, fixou-se nos 1.122 milhares de Euros, abaixo dos 1.429 mil Euros do Exercício anterior.

De entre as razões que justificam a baixa rentabilidade da exploração dos Armadores referida no parágrafo anterior, sobressai o valor das taxas de frete médias

diárias, que - em consequência da menor necessidade de transporte marítimo, resultante do crescimento da economia mundial, por um lado, e por outro, do crescimento da oferta, dada a grande quantidade de navios novos que, sem contraposição no volume abate, continua, ano após ano, a entrar em operação - se situou, embora com tendências diferentes, em níveis muito baixos.

Efectivamente, como se pode verificar mais à frente, nos quadros do capítulo 2 do presente Relatório, os valores médios diários da taxa de frete de um Petroleiro "Suezmax Moderno", que no ano de 2016 tinham atingido o valor de 27,3 mil Dólares diários, prosseguiram a tendência de agravamento verificada desde o ano de 2015 e fixaram-se em cerca de 15,9 mil Dólares, isto é, menos uns significativos 11,4 mil Dólares por dia que no ano anterior, valor que representa, apenas, cerca de 33% da taxa média diária de 47,5 mil Dólares, do mesmo afretamento, no ano de 2008.

Evolução diferente registou a taxa relativa aos transportadores de graneis sólidos. De facto, a redução verificada no excesso de oferta, dado que o crescimento da procura foi, no período, superior ao crescimento da oferta, fez inverter a tendência que se vinha a verificar anteriormente. Assim, é de registar que, embora partindo de valores extremamente baixos, a taxa dum Graneleiro "Capesize", atingiu em 2017 valores médios anuais de cerca de 15 mil Dólares Diários, isto é, uns relevantes 6,8 mil Dólares mais do que em 2016, mas que representam, mesmo assim, cerca de 75% das taxas médias de 2014 ou, mais significativamente, apenas cerca de 15% dos mais de 100 mil Dólares por dia, que estes navios conseguiram obter nos afretamentos dos anos de 2007 e 2008.

Neste contexto depressivo, a Lisnave concluiu o Exercício de 2017 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 87,5 milhões de Euros, menos 8,2 milhões do que em 2016.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 89,7 milhões de Euros, isto é, cerca de 14,4 milhões de Euros menos do que no ano de 2016, com o total dos Gastos de Exploração a registar um decréscimo de apenas 8,1 milhões.

A Situação Líquida baixou para os 30,8 milhões de Euros, valor que, contudo, é seis vezes superior ao valor do Capital Social.

Em consequência, os Resultados Líquidos do Exercício tiveram um agravamento significativo, fixando-se em 1,95 milhões de Euros positivos.

Apesar do agravamento antes referido, a Lisnave manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 84,2 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação, não tendo, no Exercício, procedido à reparação de nenhum navio de pavilhão nacional.

No que respeita ao "Emprego", a Lisnave manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, embora inferior ao verificado no ano anterior, ao qual corresponderam encargos de 47,1 milhões de Euros, montante que corresponde ao "emprego equivalente" médio de cerca de mil e novecentas pessoas por dia.

De notar que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e Impostos, cerca de 7,7 milhões de Euros.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício ascendeu a 1,57 milhões de Euros. De evidenciar, entretanto, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende globalmente a 34,96 milhões de Euros.

De relevar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos pela Lisnave, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, que ascenderam a cerca de 470 mil Euros no Exercício.

Sendo embora da responsabilidade da Concessionária, Lisnave Infraestruturas Navais, são de referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, totalizando, no Exercício, cerca de 1,034 milhões de Euros. De notar que estes Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008 e onde assume particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, totalizam já 19,98 milhões de Euros.

No capítulo dos Recursos Humanos e dada a importância de que se reveste, é de referir que, na sequência da correspondente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, uma Gratificação de Balanço, no montante global de 1 milhão e 200 mil Euros.

Por outro lado e na sequência de negociações com os Representantes dos Trabalhadores, foi celebrado um Acordo Interno, no âmbito do qual se acordou um aumento salarial de 1,8%.

No que respeita à estratégia de Recursos Humanos, é ainda de destacar a deliberação do Conselho de Administração de prosseguir com a promoção de acções de Formação de jovens, na sequência da qual foram realizadas 3 acções de formação, duas delas na área da metalomecânica e uma específica para Técnicos de Prevenção e Segurança, num total de cerca de 13,3 mil horas de formação e que abrangeram, um conjunto, 33 formandos. Das acções entretanto concluídas, foram seleccionados para celebrar contratos de trabalho com a LisnaveYards, no decurso do Exercício, 14 Jovens operários e 5 Técnicos de Prevenção e Segurança.

Para além destes, foram ainda recrutados, no âmbito da política de rejuvenescimento, mais 1 Técnico Multipreparador e 2 jovens Engenheiros.

Recorde-se, entretanto, como o Conselho de Administração tem vindo a referir, que a Lisnave, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho adequado às características desta actividade, deliberou, oportunamente, redireccionar a sua política de gestão estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LisnaveYards.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da Lisnave, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 258 Trabalhadores, a grande maioria dos quais, 171, Trabalhadores Directos.

A Lisnave manteve a Certificação de Qualidade de acordo com a Norma ISO 9001:2015 e também a Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental no âmbito da Norma ISO 14001:2015. Manteve, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2017, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Industrial Solutions AG	20,00%
Parpública, S.A.	2,97%
Outros Accionistas	4,20%

O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar, uma vez mais, a sua

satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, proceder, pelo décimo terceiro ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.

Perspectivas para o Exercício de 2018

Como se poderá verificar com mais detalhe no Capítulo 7 deste Relatório, embora haja sinais potenciadores de uma evolução positiva nos anos de 2019 e 2020, não se apresentam muito favoráveis as perspectivas para o desenvolvimento imediato da actividade.

Efectivamente, espera-se que as taxas de frete evoluam positivamente e daí decorra um ligeiro aumento da procura, mas este aumento pode não ter reflexo relevante na actividade da Lisnave, dada, por um lado, a pressão sobre os preços que se prevê que continue a verificar-se por parte dos estaleiros localizados em zonas de baixos custos e, por outro lado, a pressão do lado da "oferta", por parte dos estaleiros de construção que estão a desviar parte da sua capacidade para a reparação naval, que poderá contribuir para manter o elevado nível de agressividade de concorrência no mercado de Reparação Naval pressionado, em baixa, o nível da Taxa de Sucesso Comercial da Lisnave.

O Conselho de Administração, contudo, suportado nos níveis de desempenho que a Empresa tem vindo a conseguir e no elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar ao longo dos últimos anos, manifesta aos Senhores Accionistas, se entretanto não se verificarem perturbações de outra natureza, o seu sentimento de moderada expectativa, de que a actividade do ano de 2018, se venha a situar em níveis próximos dos verificados no ano de 2017.

2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

Conjuntura

A adaptação da economia mundial ao realinhamento – em baixa – do preço das matérias primas verificado nos anos de 2014-2016, associada a condições de financiamento favoráveis, tiveram como consequência o aumento do investimento e das trocas comerciais mundiais, gerando uma recuperação da taxa de crescimento das economias de quase todos os países. Espera-se que este crescimento global se mantenha nos próximos anos e que, inclusivamente acelere nas economias em desenvolvimento, principalmente nas economias exportadoras de matérias primas.

Segundo a estimativa da Organização das Nações Unidas, no seu relatório - "World Economic Situation and Prospects 2018", o crescimento da economia mundial foi de 3,0% no ano de 2017, uma aceleração significativa em relação ao crescimento do ano de 2016 que foi de 2,4% e a mais alta taxa de crescimento global desde 2011. Num grande número de países, os indicadores de emprego continuam a melhorar, tendo cerca de dois terços dos países, registado uma taxa de crescimento das suas economias superior à registada no ano de 2016.

Nas economias desenvolvidas, o crescimento económico fortaleceu-se, atingindo os 2,2%, mais 0,6 pontos percentuais que no ano de 2016.

Fruto de uma forte procura externa, devido à redução do valor do dólar e, ao aumento do consumo privado, estima-se que a economia dos Estados Unidos da América tenha crescido 2,2% no ano de 2017, um aumento de 0,7 pontos percentuais em relação ao ano de 2016, ano em que a taxa de crescimento foi de 1,5%.

Na zona Euro, a economia, estimulada pela política de apoio oriunda do Banco Central Europeu e pelo fortalecimento da procura global, estima-se que tenha crescido 2,1% no ano de 2017, mais 0,3 pontos percentuais do que no ano de 2016.

Consequência da implementação de um pacote de estímulos fiscais, da recuperação do consumo privado e do aumento das exportações, a economia do Japão cresceu 1,7% no ano de 2017 um aumento de 0,7 pontos percentuais em relação ao ano de 2016.

A economia dos países em desenvolvimento, no ano de 2017, cresceu 3,8%, mais 0,5 pontos percentuais que no ano de 2016.

Resultante de uma continuada política de apoio fiscal e de uma forte recuperação das exportações, a economia Chinesa cresceu 6,8% um aumento de 0,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2016.

Na India, em consequência da nova política de impostos, que harmonizou as taxas sobre bens e serviços a nível

Nacional, estima-se que a economia tenha crescido 6,7%, menos 0,4 pontos percentuais que no ano de 2016.

Suportadas pelo aumento do consumo e das exportações, no seu conjunto, as economias da América Latina e Caraíbas cresceram 1,0% depois de dois anos consecutivos de contracção.

Depois do fraco crescimento verificado nos últimos dois anos, o comércio mundial, atingiu durante o ano de 2017, uma taxa de crescimento de 3,7%, mais 1,5 pontos percentuais do que no ano de 2016. Este aumento resultou do aumento da procura tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento, sendo excepção as economias dos países do Médio Oriente e do Norte de África, resultado dos cortes acordados no seio da OPEP da produção de petróleo bruto.

Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a "Clarkson Research" a frota de petroleiros acima de 10.000 Toneladas de Porte Bruto (TPB), cresceu, em número de navios 3,7% durante o ano de 2017, depois de no ano de 2016 ter crescido 4,7%. No fim do ano de 2017, esta frota tinha atingido os 581.8 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 4,9% em relação ao final do ano de 2016, ano em que tinha crescido 5,7%.

Em termos de novas construções, foram entregues 332 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 37.9 milhões de TPB, correspondendo a 6,5% da capacidade actual desta frota. No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 102 navios, com uma capacidade de 11.1 milhões de TPB correspondentes a 1,9% da capacidade da frota actual.

Com base na mesma fonte, a frota de graneleiros, no ano de 2017, teve um crescimento de 2,3% em número de navios e de 2,9% em TPB, atingindo no final do ano os 817.2 milhões de TPB, tendo sido entregues 455 navios com uma capacidade de 38.3 milhões de TPB o que corresponde a 4,7% da capacidade actual desta frota. Neste mesmo período foram vendidos para abate, 215 navios com uma capacidade de 14.5 milhões de TPB correspondentes a 1,8% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço vendido para demolição, que no mercado Indiano durante os anos de 2015 e 2016, tinha estabilizado – em baixa – à volta dos 290 dólares dos EUA por tonelada, cresceu significativamente, atingindo os 415 dólares dos EUA para os petroleiros (mais 43%) e os 430 dólares por tonelada para os graneleiros (mais 48%) no ano de 2017.

No fim do ano de 2017, na frota de petroleiros, a carteira de encomendas de navios novos, era de 654 navios com uma capacidade de transporte de 68.2 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 11,7% da tonelagem da frota actual. Destes 68.2 milhões, 37.9 milhões – correspondentes a 55,6% do total e a 6,5% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2018.

Na frota de graneleiros, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 713 navios, com uma capacidade de transporte de 76.0 milhões de TPB o que corresponde a 9,3% da frota actual, tendo 34.3 milhões, ou seja, 45,1% do total e 4,2% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2018.

Ainda segundo a "Clarkson Research", a procura de transporte marítimo mundial cresceu 4,1%, com o transporte de granéis líquidos a crescer 2,9% e o transporte de granéis sólidos a crescer 4,2%. Assim, no mercado de transporte de granéis líquidos verificou-se um crescimento da oferta de transporte 2,0 pontos percentuais superior ao da procura e no mercado de transporte de granéis sólidos um crescimento da oferta 1,3 pontos percentuais inferior ao da procura.

Como resultado do crescimento da oferta de transporte acima do crescimento da procura, as taxas de frete da frota de granéis líquidos que no ano de 2016 tinham invertido a tendência de crescimento e reduzido nesse ano 24% em relação ao ano de 2015, voltaram a reduzir o seu valor médio, atingindo no caso dos Suezmax Modernos, a taxa de frete média no afretamento a prazo de um ano, cerca de 15.900 dólares dos EUA por dia, uma redução de cerca de 42% em relação ao valor médio de 2016, regredindo para níveis de 2011-2013.

Taxa de Frete de Petroleiros
Suezmax Moderno

Médias anuais
Fonte: Clarkson

No caso da frota de granéis sólidos, a redução do excesso de oferta de transporte, dado o facto do crescimento da procura de transporte ter sido superior ao da oferta, fez com que a tendência decrescente das taxas de frete se invertesse e atingisse, no caso dos Capesize, com afretamento a um ano, valores médios de cerca de 15.000 dólares dos EUA por dia, um crescimento de cerca de 84% em relação aos valores médios do ano de 2016, mas ainda muito inferior aos valores do início da década.

Taxa de Frete de Graneleiros
Capesize – 12 meses

Médias anuais
Fonte: Clarkson

3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

Procura

Apesar da necessidade que os Armadores têm de manter as suas frotas em boas condições de manutenção e certificação, o baixo nível de taxas de frete que se mantem há quase uma década, faz com que o valor da parcela dos seus orçamentos dedicada à manutenção dos respectivos navios seja o mais baixo possível, gerando assim, uma vantagem competitiva para os estaleiros de reparação naval em zonas de baixos custos.

A juntar à vantagem competitiva atrás referida, a redução de actividade dos estaleiros de construção naval, que procuram complementar a sua actividade recorrendo à reparação e manutenção de navios, associada ao aumento de capacidade dos estaleiros de reparação naval, quer em número de docas, quer em dimensão das mesmas, tem vindo a aumentar a pressão competitiva sobre os estaleiros de reparação naval da Europa, nomeadamente da Europa Ocidental. Este aumento de concorrência tem um reflexo significativo no decréscimo da Taxa de Sucesso Comercial e também nos valores de facturação média por navio.

Consequência do crescimento da procura de transporte de granéis líquidos ter sido inferior ao crescimento da oferta, os preços de novas construções desta frota reduziram ligeiramente em relação ao ano de 2016, mantendo-se no valor mais baixo da última década.

No mercado de venda de navios em segunda mão, resultado de um crescimento económico acima do esperado no último trimestre de 2017, as expectativas dos Armadores melhoraram e o valor dos navios com cinco anos de idade, inverteu a tendência de redução tendo provocado – em termos médios anuais – um crescimento de cerca de 10% em relação ao ano de 2016. Esta ligeira valorização de activos da frota de granéis líquidos, teve também como consequência, um ligeiro aumento da procura de reparação neste segmento de mercado.

No caso da frota de granéis sólidos, a redução do excesso de frota, gerou algum optimismo nos intervenientes neste segmento de mercado, fazendo com que o preço das novas construções tenha crescido cerca de 5% e o dos navios em segunda mão com cinco anos de idade tenha crescido cerca de 40%.

Resultado desta valorização de activos, e do adiamento da entrada em vigor da nova regulamentação do tratamento das águas de lastro, os Armadores reduziram as vendas para abate, aumentado assim a vida útil dos seus navios em actividade.

Assim, a procura de reparação naval para a Lisnave, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, cresceu cerca de 13% em relação ao ano de 2016. As negociações destas consultas geraram 77 encomendas, mais cerca de 9% do que no ano de 2016, tendo a percentagem de sucesso mantido o valor de 17%.

Rubricas	2017	2016	2015	2014	2013
Consultas	478	407	549	507	524
Encomendas	77	71	115	90	113
Taxa de Sucesso Comercial	17	17	21	18	22

Actividade Desenvolvida

Durante o ano de 2017, terminaram a reparação/manutenção 78 navios, 77 dos quais em doca. Consequência da forte redução das taxas de frete do mercado de granéis líquidos, principal mercado da Lisnave com cerca de 60% dos navios reparados, o segmento das reparações de rotina, sofreu em termos globais, uma ligeira redução, em termos de conteúdo de trabalho médio por reparação.

No segmento de mercado de grandes reparações foi reparado um navio porta contentores de um Armador Brasileiro e, no seguimento do que já tinha acontecido nos anos de 2014, 2015 e 2016, foram objecto de reparação/manutenção, com a revisão geral de todos os sistemas, dois navios tanque, de um conjunto de cinco, pertencentes a um Armador Venezuelano.

Como nos anos anteriores, a actividade da Lisnave centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 70% da actividade, sendo de realçar a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta-contentores com 17% dos navios reparados.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2017	0	78	78	77
2016	1	66	67	64
2015	1	106	107	105
2014	1	91	92	91
2013	1	106	107	103

Dada a globalização do mercado da Lisnave, os navios reparados durante o ano de 2017, foram originários de 45 Clientes localizados em 21 países, sendo os mercados de maior significado, em termos de número de navios reparados, Singapura com 12 navios, Grécia com 10 navios e a Alemanha com 7 navios.

4 | Investimentos/Outros

A Lisnave, dando continuidade à sua politica de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, tendo realizado, no Exercício, cerca de 1,57 milhões de Euros, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 34,96 milhões de Euros, dos quais 24,85 milhões em novos investimentos e cerca de 10,11 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a Lisnave suportou ainda custos de cerca de cerca de 470 mil Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos. De notar que, desde o ano de 2009, ano em que, de acordo com as alterações de normas contabilísticas, estes custos deixaram de ser capitalizados, o seu montante global já ascende a cerca de 14,51 milhões de Euros.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios e parques, a aquisição de diverso equipamento informático, aquisição de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, em particular a aquisição de um grande número de equipamentos de soldadura MIG/MAG para aplicação a bordo, a actualização do equipamento eléctrico móvel, a construção de novos picadeiros metálicos e blocos de betão e a aquisição de material de andaimes.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar a ligação de 3 tanques de recolha de efluentes de oficinas à ETPO e a implementação dum Sistema de Gestão e Monitorização do Consumo de Energia e a Reorganização de Bastidores IT.

De referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a produção térmica de AQS com apoio de energias renováveis, a instalação dum sistema de monitorização da Eclusa/Hydrolift, as Inspecções e ensaios das Lajes das Docas 21 e 22, a reabilitação da Comporta da Doca 22, a Impermeabilização das Juntas da Eclusa do Hydrolift, a Reabilitação Estrutural de 5 Guindastes e início da Reabilitação do Pórtico de 500T tendo sido investidos cerca de 1,034 milhões de Euros, os quais, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, Lisnave Infraestruturas Navais, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20, Ponte Cais 3 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando mais de 19,98 milhões de Euros.

Protecção Ambiental

A Lisnave contribui activamente para a protecção ambiental dos oceanos, através da sua actividade de manutenção e reparação de navios.

Em 2017, a Lisnave fez a transição, pela Lloyd's Register, com assinalável sucesso, da Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental para o referencial ISO 14001:2015.

A Empresa pauta-se pela utilização das Melhores Técnicas Disponíveis no domínio do Tratamento de Superfície com utilização de solventes orgânicos, destacando-se a eficiência das estações de tratamento de águas residuais, doméstica e industrial, responsáveis pelo tratamento de todos os efluentes gerados na instalação, incluindo os provenientes das docas.

Relativamente a resíduos, e na perspectiva da economia circular, em 2017 mais de 85 % teve como destino a reciclagem ou valorização, sendo um dos exemplos relevantes, o encaminhamento da granalha batida para a indústria cimenteira nacional.

No que se refere à redução da pegada ecológica, nomeadamente através da redução das emissões de CO_2, a Lisnave tem seguido atentamente as medidas definidas no seu Sistema de Gestão de Energia.

Tecnologias de Informação

A Lisnave, no âmbito da actualização e melhoria contínua na área de Tecnologias de Informação, tem vindo a proceder, de forma gradual, à sua reestruturação, com a realização de alguns projectos de melhoria, nomeadamente ao nível do reforço da segurança dos seus Sistemas de Informação.

Assim, na sequência duma auditoria ao estado da segurança do perímetro dos sistemas, foi decidido implementar um sistema de Cibersegurança único e integrado, utilizando uma solução de segurança "Check Point", com o objectivo de substituir os diferentes componentes existentes em produção e fortalecer os pontos de contacto das redes com o uso da Internet.

Ainda neste âmbito, foi executado um projecto de reforço de segurança dos bastidores de comunicações, assim como, foram criadas condições para aumentar significativamente a protecção da infra-estrutura da rede e cablagem.

Por último, deve salientar-se o projecto de renovação tecnológica de toda a infra-estrutura SAP, com a actualização para a ultima inovação tecnológica da SAP - o SAP Hana, que oferece maior garantia de sucesso e adequação às necessidades futuras com o upgrade das actuais aplicações SAP em produção.

Qualidade | Outras Certificações

A Lisnave, assume como principal prioridade, a Qualidade como factor de sucesso garantindo as competências da Empresa através da melhoria contínua do seu Sistema de Gestão da Qualidade, auto-sustentável e eficaz.

Mantém a confiança dos seus Clientes, Parceiros e demais Partes Interessadas através dos Valores reconhecidos por todos, em conformidade com o objectivo estratégico da Empresa para que a Lisnave continue a ser reconhecida como líder no seu segmento de mercado.

A Lisnave, durante o ano de 2017, manteve a certificação de acordo com o referencial normativo ISO 9001:2015 ao realizar e ultrapassar com o sucesso já reconhecido as auditorias realizadas pela Lloyd's Register.

Manteve igualmente o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias bem como a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Investigação e Desenvolvimento

No decorrer do Exercício de 2017 continuou a ser desenvolvido, em parceria com uma Empresa nacional especializada, um estudo de avaliação da capacidade de carga na laje da Doca 21, com vista à optimização dos planos de docagem de navios.

5 | Recursos Humanos

A Lisnave, como tem vindo a reafirmar ao longo dos últimos anos, decidiu, oportunamente, proceder ao Rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização de alguns aspectos do Contrato de Trabalho, dada a indispensabilidade de assegurar a sua sobrevivência e sustentabilidade futura. A necessidade de Rejuvenescimento, pelo facto de já estarem ultrapassados os limites aceitáveis da idade média dos seus Trabalhadores, dadas as exigências físicas da actividade, bem como a flexibilização do Contrato de Trabalho, de modo a fazer face às melhores condições contratuais de que dispõem os seus concorrentes mais directos, num mercado altamente competitivo como é o da reparação naval são factores preponderantes na definição da estratégia de Recursos Humanos da Empresa.

Nesse sentido e depois de ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas, o Conselho de Administração deliberou redireccionar a sua estratégia de Recursos Humanos, desenvolvendo um extenso Programa de Formação de Jovens e desta forma dar início ao inevitável processo de Rejuvenescimento do seu efectivo.

Por outro lado, a Empresa iniciou igualmente, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social "Lisnaveyards – Naval Services, LDA.", foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à Lisnave, desde Fevereiro de 2009.

No âmbito da referida Política de Rejuvenescimento iniciada em 2006, a Lisnave promoveu entretanto a realização de vários Programas de Formação de Jovens, envolvendo até ao momento mais de três centenas e meia de formandos. Estes Programas foram precedidos por um estudo aprofundado das funções desempenhadas no estaleiro, no âmbito do qual resultaram cinco novas profissões: Serralheiros Navais, Serralheiros Mecânicos, Bombeiros Navais, Operadores de Máquinas Ferramentas e Condutores de Meios de Elevação e Transporte, com o objectivo, de por um lado, assegurar a Formação técnica indispensável a cada uma das cinco áreas de actuação não descurando, por outro, aspectos considerados fundamentais no desempenho desta actividade, como a flexibilidade e multidisciplinaridade.

A realização destes Programas de Formação, cujos objectivos se consubstanciavam em "seleccionar Jovens com perfil adequado, dar-lhes Formação e competências básicas nas áreas com maior necessidade de recursos humanos na empresa", tem vindo, em função do nível de aproveitamento final, a permitir à LisnaveYards, dotar-se, progressivamente, dos recursos humanos considerados necessários, para assegurar a capacidade produtiva do estaleiro e assegurando ao mesmo tempo a substituição dos Trabalhadores que naturalmente vão saindo da Empresa, como consequência do ingresso na situação de reforma.

Desta forma, no final de 2017 a LisnaveYards contava com um efectivo de 258 Trabalhadores das diferentes profissões relacionadas com a actividade, 171 dos quais, Trabalhadores Directos, tendo procedido no decurso do Exercício, à contratação de 14 Operários, 5 Técnicos de Prevenção e Segurança, 1 Técnico Multipreparador e 2 Jovens Engenheiros Mecânicos.

Encargos com Remunerações

Antecedendo a apresentação dos indicadores mais relevantes, é importante referir que, na sequência da oportuna aprovação da proposta do Conselho de Administração, relativa à participação nos resultados alcançados, foi atribuída a todos os Trabalhadores, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa correspondente a 60% da Remuneração Fixa Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente da Avaliação de Desempenho, correspondendo, agregadamente a uma Gratificação total de 1,2 milhões de Euros.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 11,7 milhões de Euros, tal como descriminado no quadro seguinte.

Encargos com pessoal

Rubricas	2017	2016
Remunerações	7.637.157	8.479.942
Trabalho Suplementar	609.018	642.560
Prémios Subsídios e Outras Remunerações	641.238	682.051
Subtotal	**8.887.413**	**9.804.553**
Encargos Sociais	2.815.294	2.584.545
Total	**11.702.707**	**12.389.098**

(Valores em Euros)

A redução na rubrica "Remunerações" é resultante, fundamentalmente, da saída "natural" de efectivos, verificada ao longo do ano. Relativamente às rúbricas "Trabalho Suplementar" e "Prémios Subsídios e Outras Remunerações", a sua redução está relacionada com o difícil Exercício que a Empresa enfrentou, num ano em que a procura, medida em número de consultas, atingiu o segundo nível mais baixo de sempre.

O aumento nos "Encargos Sociais" ficou a dever-se, essencialmente, a questões relacionadas com as rubricas "Seguros" e "Refeitórios".

De referir ainda, o Acordo Interno celebrado com os Representantes dos Trabalhadores, no âmbito do qual se acordou um aumento salarial de 1,8%.

Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2017, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, envolvendo mais de 700 participantes, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais, de desenvolvimento e gestão.

Prosseguindo com o projecto iniciado no ano anterior, numa área de formação e desenvolvimento mais focalizada nas funções de chefia e coordenação de equipas, procurando desta forma colmatar a saída de antigos Trabalhadores que exerciam este tipo de funções, a Lisnave em colaboração com a ATEC, deu continuidade à realização de um Programa de Formação de

Chefias, dividido em três fases: Estudo e Levantamento da função de Coordenador de Equipa, Assessement Center com realização de Entrevistas Individuais e Exercícios Práticos e por fim, a Concepção e Realização dos 11 módulos de Formação, abordando essencialmente aspectos comportamentais, relacionados nomeadamente com questões de Liderança, Gestão das Pessoas, Organização e Planeamento, Gestão de Conflitos, Comunicação, Negociação e orientação para o Cliente. Dos 43 Trabalhadores envolvidos numa primeira fase do Projecto, 31 foram seleccionados para participar nos primeiros três cursos de Formação de Coordenadores de Equipa, cuja conclusão do último curso, teve lugar em Novembro de 2017.

Comparativamente aos anos anteriores, verifica-se uma maior incidência nas áreas de "Desenvolvimento Pessoal", o que revela a crescente preocupação em assegurar e desenvolver as competências comportamentais das Gerações mais novas.

Durante o ano 2017, foram realizadas 18,7 mil horas de formação profissional, incluindo Acções de Formação interna, nomeadamente em situações de preparação de trabalhadores mais novos, e acções de formação individual requerida por alguns sectores em áreas de conhecimento mais específicas.

Formação Profissional | 2017

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	5.637,25	101,00
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	484,00	48,00
Hardware e Software	1.301,50	45,00
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	3.439,00	289,00
Qualificação/Reciclagem/Técnicas de Produção	7.866,33	237,00
Total	**18.728,08**	**720,00**

Formação de Jovens

Além da Formação Profissional anteriormente referida, a Lisnave promoveu ainda, no âmbito do Plano de Rejuvenescimento que tem vindo a desenvolver, a realização de mais 3 Cursos de Formação de Jovens, nas diferentes profissões da metalomecânica, designadamente, Serralheiros Mecânicos, Serralheiros Navais, e ainda um curso específico para Técnicos de Prevenção e Segurança.

Em termos globais e relativamente à Formação de Jovens, foram realizadas 13.288 horas de Formação em que participaram 38 Formandos.

Saúde, Higiene e Segurança

A Lisnave manteve, no Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos seus Trabalhadores. Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 712 Exames, dos quais 381 relativos a Trabalhadores da LisnaveYards subdivididos em 42 exames de Admissão, 341 Periódicos e 329 Ocasionais.

No âmbito da Segurança, no ano de 2017, a Lisnave não registou a existência de acidentes de gravidade muito elevada, registou-se no entanto um aumento do número de acidentes com baixa ao seguro, em relação ao ano de 2016, mas que originaram menos dias úteis de trabalho perdidos.

A situação referida anteriormente fez com que, em relação ao ano de 2016, no que respeita à sinistralidade, o ano de 2017 apresentasse uma descida no valor do índice de Gravidade, que se situou nos 0,77 e uma subida no Índice de Frequência, que se situou nos 36,72.
Com o objectivo da melhoria continua dos referidos índices da sinistralidade, a Lisnave continuou as suas acções de sensibilização dos Trabalhadores, de modo a manter presente no dia-a-dia da Empresa, a componente da segurança no processo produtivo, através da prévia identificação de perigos e avaliação de riscos antes do inicio dos trabalhos, bem como da utilização dos adequados e recomendados Equipamentos de Protecção Colectiva e Individual e do cumprimento das normas, regras e procedimentos de segurança da Empresa.

Por outro lado, manteve a forte aposta na informação, formação e treino dos vários intervenientes, em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, tendo abrangido no ano de 2017 mais de 1900 pessoas, incluindo por um lado, o acolhimento a 591 novos Trabalhadores de empresas prestadoras de serviços e novos Formandos, e por outro, o refrescamento de 1141 Trabalhadores próprios e de Empresas prestadoras de serviços.

Foi ainda ministrada Informação, Formação e Treino, numa vertente mais direccionada para situações específicas, a 146 pessoas, nomeadamente, Chefias Directas, Gestores de Projecto, Técnicos de Segurança no Trabalho, bem como no âmbito da colaboração com entidades externas, a alunos e professores da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique e do Instituto Superior Técnico e outros estagiários externos.

Para além da Formação referida, o Sector de Prevenção e Segurança participou ainda em acções de sensibilização em "Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas, promovidas pelos Sectores Produtivos da Empresa, que envolveram 32 pessoas entre Trabalhadores da Lisnave e Responsáveis de Empresas Externas.

De destacar ainda a distribuição de informações e regras básicas de Segurança, às pessoas que diariamente entram nas instalações da Empresa, designadamente vendedores, técnicos externos e outras visitas, totalizando as 1546 divulgações.

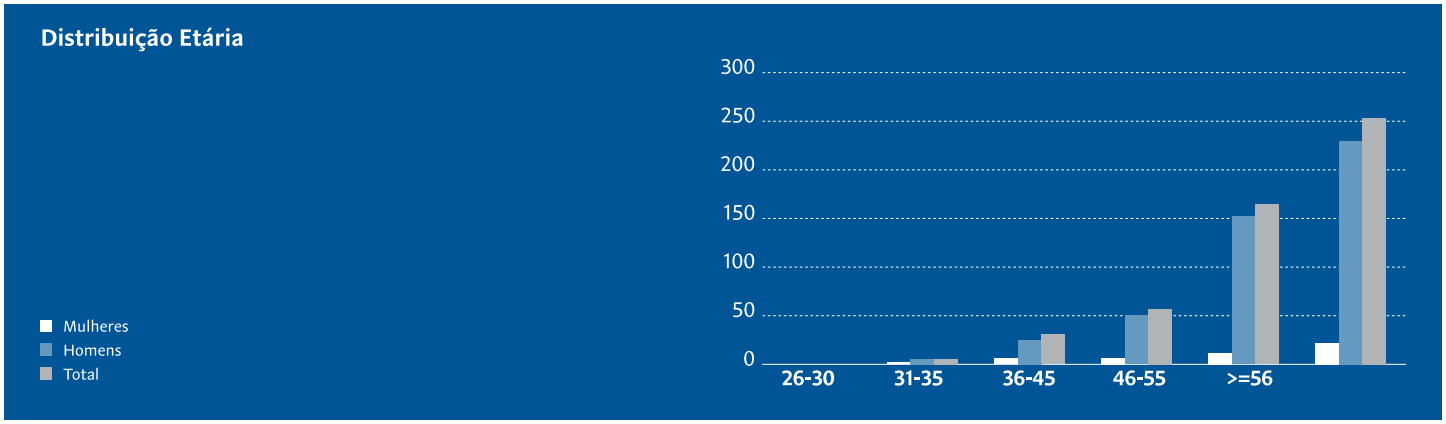
No âmbito desta mesma Política, mas na área da saúde, a Empresa deliberou promover a habitual campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal, à qual aderiram 53 Trabalhadores.

Outros Indicadores

O índice de absentismo em 2017 revelou um ligeiro agravamento face ao ano anterior.

Comparativamente aos Indicadores de Pessoal no final de 2016, a Lisnave viu o seu efectivo reduzido em 4 Trabalhadores, a maioria dos quais e nos termos da Lei, por ingresso na situação de Reforma Antecipada.

Em 31 de Dezembro de 2017, o efectivo total da Lisnave era de 252 Trabalhadores com uma média de idades de 56,73 anos.



6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido anteriormente, a LISNAVE durante o Exercício de 2017, reparou 78 navios, com uma facturação total de 87,5 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, registou-se em 2017 uma queda significativa de 8,6% no valor da Facturação, relativamente ao ano anterior, apesar de um aumento de 16,4% do número de navios reparados.

A facturação média por navio, de 1.122 mil Euros, reflecte uma quebra de 21,5%, quando comparada com o período homólogo. Este resultado é explicado principalmente pelo menor número de grandes reparações realizadas no Exercício, uma vez que o conteúdo de trabalho por navio em reparações de rotina se manteve ao nível do ano anterior.

Número de Navios e facturação

Rubricas	2017	2016	2015	2014	2013
N.º Navios Reparados	78	67	107	92	107
Facturação Total	87,5	95,7	113,2	76,3	81,0
Facturação Média Navio	1,122	1,429	1,057	0,830	0,757

(Valores em Milhões de Euros)

Apesar do aumento do número de navios reparados relativamente ao Exercício anterior, quando comparado com a média de 102 navios verificada no triénio de 2013/2015, regista, ainda assim, uma quebra de 23,5%.

Este resultado está directamente relacionado com a evolução da procura, ou seja, o número de consultas, embora superior ao verificado no exercício anterior, em 12,5%, continua ainda inferior em 13,1%, relativamente à média verificada para o mesmo triénio de 2013/2015, assim como, a estagnação da taxa de sucesso no valor de 17% verificada nos dois últimos exercícios, a que corresponde uma degradação de 3 pontos percentuais, quando comparada com a média verificada no triénio de 2013/2015.

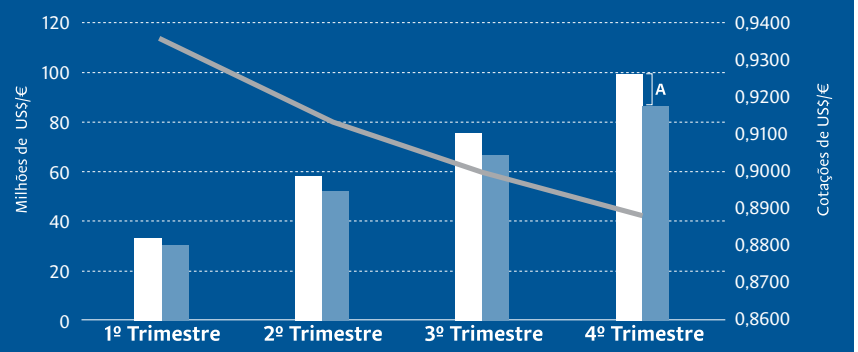
A evolução destes indicadores está intimamente relacionada, entre outras razões, com a quebra acentuada das taxas de frete verificada a partir de 2008, na sequência da crise financeira e económica internacional e do persistente excesso de oferta do mercado de transporte marítimo.

Importa, também, referir pela sua importância, o comportamento do Dólar dos EUA no Exercício de 2017, uma vez

que os principais Clientes da LISNAVE continuam a utilizar, primordialmente, o Dólar nas suas transacções comerciais. Assim, durante o Exercício em apreço, verificou-se uma forte desvalorização desta moeda contra o Euro de cerca de 12%.

O quadro seguinte mostra o impacto que a evolução do Dólar teve ao longo do Exercício de 2017, relativamente à facturação acumulada das reparações, atingindo uma cotação média anual de 0,8879.

Facturação Acumulada de Reparações e Cotações US$/€ Ano 2017



	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Fact. US$ 2017	32,0	57,5	74,8	98,6
Fact. € 2017	29,9	52,6	67,3	87,5
Cotação US$ / € 2017	0,9349	0,9146	0,8995	0,8879

A = Mais de 10,2 milhões de Dólares

O quadro seguinte mostra a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços.

Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2017	2016	2015	2014	2013
Reparações Navais	87.506	95.744	113.152	76.333	81.038
Rédito dos Navios em Curso	-3.094	4.610	-3.294	4.327	549
Outras Actividades	1.433	561	3.490	3.905	2.801
Prestações de Serviços	1.182	1.213	1.294	1.103	1.315
Total	**87.027**	**102.128**	**114.642**	**85.669**	**85.704**

(Valores em Milhares de Euros)

O valor total das Rubricas "Reparações Navais" e "Rédito dos Navios em Curso" representou 97% do valor total das "Vendas e Prestações de Serviços", tendo as Rubricas "Outras Actividades" e "Prestações de Serviços" registado, no seu conjunto, um valor de 2,6 milhões de Euros.

Deve ser salientado que o montante da Rubrica "Outras Actividades" registou uma queda muito significativa relativamente aos valores registados no triénio de

2013/2015, como resultado da diminuição das Vendas de Serviços à Lisnave Infraestruturas Navais, detentora do Contrato de Concessão do Estaleiro da Mitrena, relacionada com o adiamento da execução do Plano de Investimentos de reabilitação do Estaleiro, por necessidades operacionais da Lisnave.

Continuando a caracterizar a evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro seguinte, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2017/2013, mostrando, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total de Rendimentos de Exploração.

Demonstração de Resultados

	2017		2016		2015		2014		2013	
Rubricas	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Vendas e serviços prestados	87 027		102 128		114 642		85 669		85 704	
Trabalhos para a própria Empresa	2		0		0		3		0	
Outros rendimentos e ganhos	2 641		1 917		1 541		3 538		3 173	
Total Rendimentos de Exploração	**89 669**	**100**	**104 045**	**100**	**116 183**	**100**	**89 209**	**100**	**88 877**	**100**
Custos das mat. primas consumidas	6 009	6,7	8 945	8,6	6 187	5,3	5 800	6,5	4 302	4,8
Fornecimentos e serviços externos	61 397	68,5	68 893	66,2	74 392	64,0	61 324	68,7	58 493	65,8
Gastos com o Pessoal	11 703	13,1	12 389	11,9	14 049	12,1	12 804	14,4	14 207	16,0
Depreciações, Imparidade e Provisões	6 048	6,7	1 579	1,5	1 815	1,6	-80	-0,1	1 080	1,2
Impostos	21	0,0	24	0,0	34	0,0	101	0,1	113	0,1
Outros gastos e perdas	1 387	1,5	2 841	2,7	670	0,6	427	0,5	463	0,5
Total de Gastos de Exploração	**86 564**	**96,5**	**94 671**	**91,0**	**97 147**	**83,6**	**80 376**	**90,1**	**78 658**	**88,5**
Resultados Operacionais	**3 105**	**3,5**	**9 374**	**9,0**	**19 035**	**16,4**	**8 833**	**9,9**	**10 219**	**11,5**
Resultados de financiamento	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Resultados antes de Impostos	**3 105**	**3,5**	**9 374**	**9,0**	**19 035**	**16,4**	**8 833**	**9,9**	**10 219**	**11,5**
Impostos sobre Rendimentos Período (-)	-1 151	-1,3	-2 659	-2,6	-5 423	-4,7	-2 357	-2,6	-3 240	-3,6
Resultado Líquido do Período	**1 954**	**2,2**	**6 715**	**6,5**	**13 612**	**11,7**	**6 476**	**7,3**	**6 980**	**7,9**

(Valores em milhares de Euros)

Como apreciação global à Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2017 a situação económica da Empresa piorou significativamente, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um "Resultado Líquido" de cerca de 2 milhões de Euros.

O Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica "Total de Gastos de Exploração" no "Total de Rendimentos de Exploração", registou uma degradação de 5,5 pontos percentuais quando comparado com o do ano anterior, apresentando um valor de 96,5%.

A Lisnave continua a não apresentar qualquer valor de "Resultados de Financiamento", uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário. Deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2017 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2017 a 2013, apresenta-se no mapa seguinte um conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes.

Agregados Económicos

Rubricas	2017	2016	2015	2014	2013
Agregados Globais					
Valor bruto da produção (VBP)	87 028	102 128	114 642	85 672	85 704
Valor acrescentado bruto (VAB)	22 355	27 334	38 851	21 200	26 000
Encargos com pessoal	11 703	12 389	14 049	12 804	14 207
Cash flow operacional	9 154	10 954	20 850	8 753	11 299
Número médio de colaboradores	**253**	**261**	**285**	**291**	**296**
Rácios					
Valor bruto da produção per capita	344	391,3	402,3	294,4	289,5
Encargos com pessoal per capita	46,3	47,5	49,3	44,0	48,0
VAB / VBP	26%	27%	34%	25%	30%
Encargos com pessoal / VAB	52%	45%	36%	60%	55%

(Valores em Milhares de Euros)

Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2017, todos os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução negativa, quando comparados com os do Exercício anterior. Contudo, apesar deste resultado, a Empresa manteve a sua sustentabilidade económica que lhe permite continuar a fazer face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da "Situação Líquida", para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte.

Situação Líquida

Rubricas	2017	2016	2015	2014	2013
Capital Social	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000
Prestações suplementares de capital	0	0	0	0	0
Reserva legal e resultados transitados	23.799	23.784	23.672	23.196	22.216
Resultado líquido do Exercício	1.954	6.715	13.612	6.476	6.980
Total da Situação Líquida	**30.753**	**35.499**	**42.284**	**34.672**	**34.196**

(Valores em Milhares de Euros)

A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2017 apresenta um valor de 30,8 milhões de Euros. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 30,75 € ,representando uma valorização de 515% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro de 2017, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.

Balanços Sintéticos Comparados

Rubricas	2017	2016	2015	2014	2013
Activo					
Activo não corrente	13 006	10 878	9 338	9 798	10 604
Inventários	1 985	2 077	1 851	1 850	1 947
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	10 596	14 714	13 005	12 035	9 859
Outras contas a receber	5 571	8 139	6 404	6 698	5 176
Caixa e depósitos bancários	29 975	38 536	51 928	35 393	37 892
Diferimentos	120	232	247	143	91
Total do Activo	**61 253**	**74 577**	**82 774**	**65 918**	**65 569**
Passivo					
Provisões	1 583	3 725	2 136	2 204	3 327
Outras contas a pagar não corrente	30	137	876	1 445	2 634
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	21 289	24 794	24 648	19 206	16 489
Outras contas a pagar	7 599	8 108	11 577	8 391	8 924
Diferimentos	0	2 314	1 252	0	0
Total do Passivo	**30 500**	**39 079**	**40 490**	**31 246**	**31 373**
Situação Líquida	**30 753**	**35 499**	**42 284**	**34 672**	**34 196**

(Valores em Milhares de Euros)

Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira, no final do Exercício em apreço, utiliza-se um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa. Assim:

Liquidez

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 19,4 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida com valores de 1,67 e 1,60, respectivamente, pode afirmar-se que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível do "Cash Flow" gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram cerca de 30 milhões de Euros, no final do Exercício.

Estrutura Financeira

Apresentando um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 2,36 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 100,8% e 50,2%, respectivamente, conclui-se que a estrutura financeira do Balanço continua com num nível muito confortável e adequado ao seu "core business", que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2017, a Lisnave não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.

7 | Perspectivas da Actividade para 2018

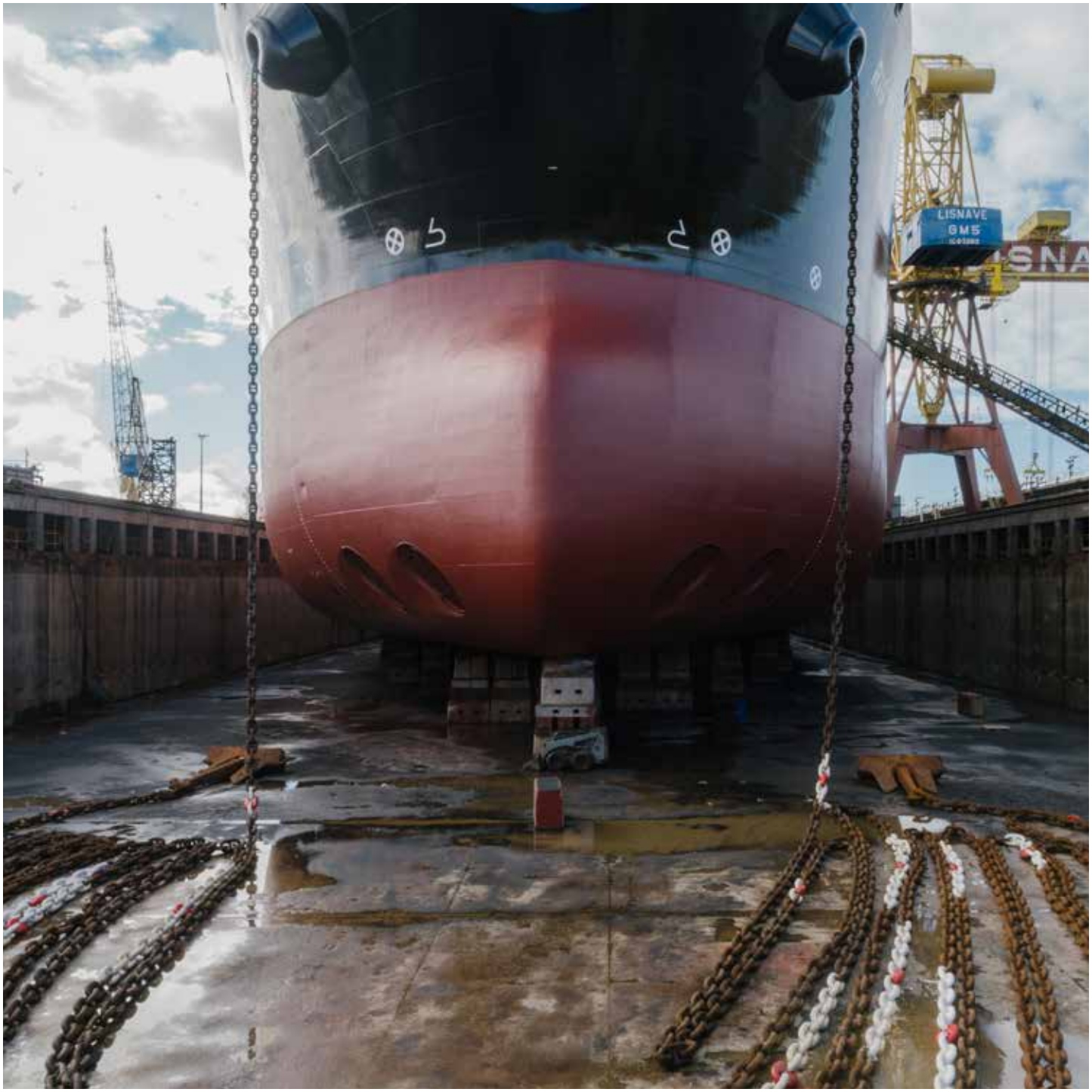
No ano de 2017, as economias avançadas cresceram acima do previsto, principalmente na zona Euro, nos Estados Unidos da América e no Japão. À medida que a utilização da capacidade instalada vai atingindo a sua plena utilização, vai reduzindo a política de incentivos, o que fará moderar a taxa de crescimento das suas economias, prevendo-se, por isso, para estas economias, no ano de 2018 um crescimento de 2,0%, isto é, uma redução de 0,2 pontos percentuais em relação ao estimado para o ano de 2017.

Nas economias em desenvolvimento, as economias dos países exportadores de matérias-primas viram reflectido no seu crescimento o aumento das suas exportações e a estabilização global dos preços.

Nos países importadores de matérias primas, o aumento da taxa de crescimento das suas economias, deveu-se fundamentalmente ao aumento da sua procura interna e ao aumento das exportações de produtos acabados para as economias desenvolvidas.

Espera-se, assim, nas economias em desenvolvimento, que durante o ano de 2018 esta conjuntura se mantenha, provocando uma aumento da taxa de crescimento de 0,3 pontos percentuais atingindo os 4,6%.

Consequência do atrás exposto, espera-se que no ano de 2018 a economia mundial mantenha uma taxa de crescimento semelhante à verificada no ano de 2017 e que o crescimento do volume de trocas comerciais sofra uma ligeira redução de 0,2 pontos percentuais passando de 3,7% em 2017 para 3,5% em 2018.


LISNAVE
BM5

Desta forma, relativamente ao transporte marítimo mundial, projecta a "Clarkson Research", para o ano de 2018, um crescimento de 3,5%, isto é, um crescimento 0,6 pontos percentuais, inferior ao de 2017.

Dada a robustez do crescimento económico verificada nos últimos anos, que se estima que venha a prosseguir nos próximos anos, o ano de 2018 poderá vir a ser o ano da entrada num novo ciclo no mundo do "Shipping", dada, por um lado, a pressão que os acordos de Paris estão a por sobre a actividade de transporte marítimo mundial e, por outro, o efeito das decisões que venham a ser tomadas, quer relativamente ao tipo de sistema de tratamento de águas de lastro, quer ao tipo de combustível, quer ainda às soluções de tratamento dos gases de escape a utilizar a fim de cumprir os limites de emissões exigidos.

A entrada em vigor destes regulamentos internacionais que acarretará elevados custos, tanto de investimento como operacionais, irá certamente ser gerador de oportunidades para os estaleiros de reparação naval e ter um impacto ainda imprevisível na programação do planeamento de docagens durante os anos de 2019 e 2020.

Contudo, a forte concentração e consolidação a que se tem assistido e que se prevê que continue nos anos mais próximos, vai gerar a concentração do armamento na posse de cada vez menos Armadores, o que irá afectar, negativamente, a capacidade de negociação dos estaleiros.

Neste contexto, em resultado do efeito conjugado da real evolução das previsões antes referidas e do impacto provocado pelas entregas de navios novos que estão previstas para o primeiro semestre de 2018, espera-se que as taxas de frete iniciem um processo de crescimento, embora ligeiro, mas que fará com que o clima de optimismo possa regressar ao sector, tendo como possível consequência um ligeiro aumento de procura de reparação por parte dos Armadores a fim de valorizarem os seus activos. No entanto, a pressão sobre os preços das reparações continuará a fazer-se sentir com o continuado aumento da actividade em países com custos de produção significativamente inferiores aos da Lisnave.

Ponderados os efeitos aparentemente contraditórios destas expectativas, espera-se que a procura da actividade de Reparação Naval se venha a manter, em 2018, num nível relativamente próximo daquele que se verificou no ano anterior.

Recursos Humanos

O Conselho de Administração, no ano de 2018, pretende prosseguir com a sua Política de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, através da cooperação estabelecida com a LisnaveYards, por forma a continuar a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector de actividade em Portugal.

Com este objectivo, a Lisnave pretende explorar novas modalidades de colaboração com a LisnaveYards, procurando que esta assuma, em função da dimensão do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, para além de pretender continuar a assegurar a Formação profissional dos seus Trabalhadores, tendo estimado para o efeito um Plano Anual de cerca de 27,2 mil horas, a Lisnave tenciona prosseguir com a sua Política de Rejuvenescimento, prevendo realizar três novos Cursos de Formação de Jovens, dar continuidade ao Programa de Formação de Chefias Directas e ainda, prosseguir com a definição e implementação de um Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento para Quadros da Empresa.

ΕΛΛΑΣ ΕΞΠΛΟΡΕΡ
ΠΕΙΡΑΙΑΣ
IMO 9397456

8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado no Exercício de 2017, um resultado positivo, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço aos Trabalhadores.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

1 Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil Euros) já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

2 Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 1.953.969,70 (Um milhão, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove Euros e setenta Cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	1.950.000,00 Euros
Resultados Transitados	3.969,70 Euros

9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2017, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

▶ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a Lisnave;

▶ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;

▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;

▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a Lisnave;

▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;

▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 27 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração

Presidente
Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Eng. Manuel Serpa Leitão

Balanço

Demonstração de Capital Próprio

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 28 de Março de 2018 relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas respeitante ao Exercício de 2017

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-DEZ-2017	31-DEZ-2016
Activo			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	8	6 755 327,28	5 973 637,11
Propriedades de investimento	7	2 567 100,00	2 567 100,00
Outros activos financeiros	15	945 934,89	913 945,89
Activos por impostos diferidos	14	2 170 908,25	973 564,36
Outros créditos a receber	15	116 294,19	-
Activos não correntes detidos para venda	8	450 000,00	450 000,00
		13 005 564,61	**10 878 247,36**
Activo Corrente			
Inventários	10	1 985 214,00	2 077 339,55
Clientes	15.1	10 625 431,39	14 743 665,58
Adiantamentos a fornecedores	15.3	125 779,52	509 654,01
Estado e outros entes públicos	14/17.1	2 237 454,37	4 180 155,97
Outros créditos a receber	15.2	3 333 547,92	3 959 214,46
Diferimentos	17.2	119 671,32	231 624,90
Caixa e depósitos bancários	4	29 975 118,27	38 536 467,59
		48 402 216,79	**64 238 122,06**
Total do Activo		**61 407 781,40**	**75 116 369,42**

(Valores em Euros)

Rubricas	Notas	31-DEZ-2017	31-DEZ-2016
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15.5	5 000 000,00	5 000 000,00
Reservas legais	17.3	1 398 173,26	1 398 173,26
Resultados transitados	17.3	22 400 530,25	22 385 693,75
		28 798 703,51	28 783 867,01
Resultado líquido do período	17.3	1 953 969,70	6 714 836,50
Total do Capital Próprio		**30 752 673,21**	**35 498 703,51**
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	12	1 583 086,32	3 725 030,00
Passivos por impostos diferidos	14	29 655,02	0,00
Outras dividas a pagar	15.4	0,00	137 155,81
		1 612 741,34	**3 862 185,81**
Passivo Corrente			
Fornecedores	15.3	21 414 307,61	25 303 935,28
Adiantamentos de clientes	15	29 430,36	29 230,36
Estado e outros entes públicos	14/17.1	367 697,82	522 632,67
Outras dividas a pagar	15.4	7 230 931,06	7 585 682,99
Diferimentos	17,2	0,00	2 313 998,80
		29 042 366,85	**35 755 480,10**
Total do Passivo		**30 655 108,19**	**39 617 665,91**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**61 407 781,40**	**75 116 369,42**

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2016	**5 000 000,00**	**1 398 173,26**	**22 273 795,07**	**13 611 898,68**	**42 283 867,01**
Transferência de Resultados do Exercíco para Result. Transit.			13 611 898,68	-13 611 898,68	0,00
Alterações no Período					
		0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Líquido do Período				**6 714 836,50**	**6 714 836,50**
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-13 500 000,00		-13 500 000,00
	0,00	**0,00**	**-13 500 000,00**	**6 714 836,50**	**-6 785 163,50**
Posição no Fim do Período 2016	**5 000 000,00**	**1 398 173,26**	**22 385 693,75**	**6 714 836,50**	**35 498 703,51**
Posição em 01/01/2017	**5 000 000,00**	**1 398 173,26**	**22 385 693,75**	**6 714 836,50**	**35 498 703,51**
Transferência de Resultados do Exercíco para Result. Transit.			6 714 836,50	-6 714 836,50	0,00
Alterações no Período					
		0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Líquido do Período				**1 953 969,70**	**1 953 969,70**
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-6 700 000,00		-6 700 000,00
	0,00	**0,00**	**-6 700 000,00**	**1 953 969,70**	**-4 746 030,30**
Posição no fim do Período 2017	**5 000 000,00**	**1 398 173,26**	**22 400 530,25**	**1 953 969,70**	**30 752 673,21**

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	11	87 026 700,60	102 128 300,52
Trabalhos própria empresa		1 635,18	125,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(6 008 873,24)	(8 945 121,59)
Fornecimentos e serviços externos	17.4	(61 396 510,72)	(68 892 566,77)
Gastos com o pessoal	16	(11 702 707,31)	(12 389 098,26)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(20 158,94)	(16 244,25)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.1	(5 595 139,46)	1 558 379,52
Provisões (aumentos/reduções)	12	501 809,54	(2 373 676,54)
Outros rendimentos e ganhos	17.5	2 641 112,39	1 916 795,62
Outros gastos e perdas	17.6	(1 407 684,72)	(2 864 838,97)
Resultado antes de Depreciações. gastos de Financiamento e Impostos		**4 040 183,32**	**10 122 055,04**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8/17.7	(934 760,32)	(747 844,07)
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		**3 105 423,00**	**9 374 210,97**
Resultado antes de Impostos		**3 105 423,00**	**9 374 210,97**
Imposto sobre o rendimento do período	14	(1 151 453,30)	(2 659 374,47)
Resultado Líquido do Período		**1 953 969,70**	**6 714 836,50**
Resultados por Acção básico		**1,95**	**6,71**

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Periodo	
Rubricas	**2017**	**2016**
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	83 323 895,00	102 578 516,14
Pagamento a Fornecedores	-83 131 699,97	-94 267 736,29
Pagamento a Pessoal	-9 186 043,31	-9 810 455,65
Caixa Gerada pelas Operações	**-8 993 848,28**	**-1 499 675,80**
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-1 670 941,94	-8 180 796,98
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	9 969 789,61	10 210 515,92
	-695 000,61	530 043,14
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	**-695 000,61**	**530 043,14**
Pagamentos Respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	-1 182 388,28	-516 883,59
	-1 182 388,28	-516 883,59
Recebimentos Provenientes de:		
Juros e Rendimentos Similares	36 594,97	123 645,26
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)	**-1 145 793,31**	**-393 238,33**
Pagamentos Respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-19 322,81	-27 447,70
Dividendos	-6 700 000,00	-13 500 000,00
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	**-6 719 322,81**	**-13 527 447,70**
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	**-8 560 116,73**	**-13 390 642,89**
Efeito das Diferenças de Câmbio	**1 232,59**	**935,43**
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	**-38 536 467,59**	**-51 928 045,91**
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	**29 975 118,27**	**38 536 467,59**
	-8 560 116,73	**-13 390 642,89**

(Valores em Euros)

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para Lisnave, Estaleiros Navais, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 Setúbal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Navivessel – Estudos E Projectos Navais, S.A., que detém 72,83%, pela Thyssenkrupp Industrial Solutions AG, que possui 20% do capital, pela Parpública, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo Público (OPT) com 4,2%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei Nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Edifícios e outras construções	2,50% - 5,00%	2,50% - 5,00%
Equipamento Básico	5,00% - 12,50%	5,00% - 12,50%
Equipamento de Transporte	25,00%	25,00%
Equipamento Administrativo	6,25% – 33,33%	6,25% – 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

b.2 Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de 3% e 5% de onde resulta uma taxa agregada máxima de 27,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Inventários

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros items semelhantes);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em

consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

d. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor.

e. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.
Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

e.1 Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea l) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

e.2 Adiantamentos a Fornecedores

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

e.3 Outros Créditos a Receber

Os outros Créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Pessoal – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

e.4 Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

f. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g. Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

h. Rubricas dos Capitais Próprios

h.1 Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

h.2 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

h.3 Resultados Transitados

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

i. Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

i.1 Provisões para Processos Judiciais

Esta rubrica inclui a provisão para dois processos judiciais em curso relativos a IRC de 2003 e Acidente de Trabalho. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

i.2 Outras Provisões

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

j. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

j.1 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

j.2 Adiantamentos de Clientes

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

j.3 Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

k. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

l. Prestações de Serviço

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

l.1 Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de crédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

m. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

m.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

m.2 Distribuição de Lucros a Empregados

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

m.3 Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

n. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

o. Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

b. Impostos Diferidos Activos

A empresa regista impostos diferidos de acordo com a NCRF 25.

Estes decorrem da existência de diferenças temporárias dedutíveis e/ou tributáveis e têm como objectivo uma correcta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

A adopção da norma referida inclui a possibilidade de que a recuperação ou liquidação de uma determinada quantia, inerente a activos ou passivos, possibilite que os pagamentos de impostos futuros sejam maiores ou menores do que supostamente seriam, se tais recuperações e/ou liquidações não existissem.

c. Reconhecimento de Prestações de Serviços

A empresa reconhece o rédito de acordo com o preconizado na NCRF 20.

O rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da referida transacção que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado. Todas as condições seguintes devem ser satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços sejam prestados. O reconhecimento do rédito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período.

A fase de acabamento de uma transacção pode ser determinada por uma variedade de métodos. Uma entidade usa o método que mensure fiavelmente os serviços executados.

Dependendo da natureza da transacção, os métodos podem incluir:

a) Vistorias do trabalho executado;
b) Serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados; ou
c) A proporção que os custos incorridos até à data tenham com os custos totais estimados da transacção. Somente os custos que reflictam serviços executados até à data são incluídos nos custos incorridos até à data. Somente os custos que reflictam serviços executados ou a serem executados são incluídos nos custos totais estimados da transacção.

Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos de clientes não reflectem muitas vezes os serviços executados.

Quando o desfecho da transacção que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados

d. Provisões para Impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a. Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

b. Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

c. Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d. Locações

Os Contratos de Locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como Locações Financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como Locações Operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das Locações em Financeiras ou Operacionais é feita em função da substancia e não da forma do Contrato.

Nas Locações consideradas como Operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração de Resultados numa base linear durante o período do Contrato de Locação.

4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	44.468,45	97.633,86
Depósitos à Ordem	1.180.649,82	1.438.833,73
Outros Depósitos Bancários	28.750.000,00	37.000.000,00
	29.975.118,27	**38.536.467,59**

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

				Natureza do Relacionamento	
Nome	Localização	% de Interesse	% de Voto	Serviços que a Lisnave presta/ Transacções que faz	Serviços que a Lisnave recebe/ Transacções que recebe
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
Parpública, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
Público (OPT)		4,20%	4,20%	Dividendos	
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Reabilitação do Estaleiro	Renda do Estaleiro
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparações de Hélices
Gaslimpo	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia
Lisnave Internacional	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)
NavalRocha	Portugal	-	-		
Navalset	Portugal	-	-		Apoio e Assessoria Jurídica
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações
Dakarnave	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a Navivessel – Estudos e Projectos Navais, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa Navalset – Serviços Industriais e Navais, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Clientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2017	-	286.423,44	-	-	294.406,32
	2016	505,00	311.929,95	-	-	294.406,32
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	2017	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-
Parpública, S.A. | Estado Português	2017	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2017	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2017	-	5.436.010,88	228.923,04	-	1.853.170,59
	2016	1.231,05	4.090.935,50	189.044,46	-	3.556.135,53
Repropel	2017	69.069,94	35.682,92	93.625,99	-	48.645,50
	2016	39.346,10	9.158,58	118.253,74	-	37.293,50
Gaslimpo	2017	8.486,07	226.789,01	15.994,47	85.546,75	625.770,87
	2016	5.400,09	220.933,97	15.553,64	121.598,68	607.304,49
Rebocalis	2017	10.649,53	322.217,94	29.341,44	-	970.285,27
	2016	8.668,64	278.845,34	21.723,42	-	965.290,83
Lisnave Internacional	2017	-	21.440,49	9.611,06	-	73.801,25
	2016	500,00	25.563,70	2.506,00	-	90.370,15
Tecor	2017	82.221,42	2.374.837,38	212.772,12	-	8.070.486,62
	2016	68.580,05	2.947.616,86	190.290,73	-	8.788.418,30
NavalRocha	2017	1.389,90	-	1.130,00	-	-
	2016	-	-	1.030,00	-	-
Navalset	2017	-	4.884,99	-	-	18.000,00
	2016	500,00	5.535,00	-	-	18.000,00
LisnaveYards	2017	16.648,15	1.828.775,13	402.725,87	-	7.954.050,24
	2016	100.618,57	2.400.096,25	454.386,92	-	7.686.989,19
Dakarnave	2017	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2016 e 2017.

8. Activos Fixos Tangíveis e Activos não correntes detidos para Venda

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo							
01 de Janeiro de 2016	**1.873.185,46**	**7.909.946,20**	**145.396,24**	**1.597.485,38**	**6.694.276,82**	**47.247,67**	**18.267.537,77**
Aumentos	-	-	-	-	-	1.507.860,26	1.507.860,26
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	1.870,00	393.429,61	2.860,00	72.700,44	46.023,54	(516.883,59)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(108.400,00)	-	(5.072,16)	-	-	(113.472,16)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016	**1.875.055,46**	**8.194.975,81**	**148.256,24**	**1.665.113,66**	**6.740.300,36**	**1.038.224,34**	**19.661.925,87**
Aumentos	-	-	-	-	-	1.717.632,15	1.717.632,15
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	5.167,09	405.576,47	980,00	37.697,65	1.124.047,00	(1.573.468,21)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(66.909,04)	-	(1.572,16)	-	-	(68.481,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2017	**1.880.222,55**	**8.533.643,24**	**149.236,24**	**1.701.239,15**	**7.864.347,36**	**1.182.388,28**	**21.311.076,82**

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo							
01 de Janeiro de 2016	**909.311,98**	**4.357.109,58**	**72.989,70**	**1.152.767,57**	**6.560.615,06**	**-**	**13.052.793,89**
Amortizações	109.053,03	444.859,59	35.133,28	105.577,54	53.220,63	-	747.844,07
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(108.400,00)	-	(3.949,20)	-	-	(112.349,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-		-
31 de Dezembro de 2016	**1.018.365,01**	**4.693.569,17**	**108.122,98**	**1.254.395,91**	**6.613.835,69**	**-**	**13.688.288,76**
Amortizações	109.522,73	476.730,62	36.113,26	86.996,22	225.397,49	-	934.760,32
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-		-	-	-	-
Abates		(66.738,04)	-	(561,50)	-	-	(67.299,54)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2017	**1.127.887,74**	**5.103.561,75**	**144.236,24**	**1.340.830,63**	**6.839.233,18**	**-**	**14.555.749,54**
Valor Líquido Contabilístico:							
A 31 de Dez. de 2017	**752.334,81**	**3.430.081,49**	**5.000,00**	**360.408,52**	**1.025.114,18**	**1.182.388,28**	**6.755.327,28**
A 31 de Dez. de 2016	**856.690,45**	**3.501.406,64**	**40.133,26**	**410.717,75**	**126.464,67**	**1.038.224,34**	**5.973.637,11**
A 01 de Janeiro de 2016	**963.873,48**	**3.552.836,62**	**72.406,54**	**444.717,81**	**133.661,76**	**47.247,67**	**5.214.743,88**

No período findo a Empresa registou em Activos não correntes detidos para venda o seguinte:

	2017	2016
Activos não correntes detidos para venda		
Bruto	600.000,00	600.000,00
Imparidade	(150.000,00)	(150.000,00)
	450.000,00	**450.000,00**

9. Imparidade de Activos Não Correntes

A quantia de imparidade em Activos não correntes detidos para venda foi de 150.000,00 Euros.

De acordo com a NCRF 12, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso exista, a entidade deve estimar a quantia recuperável do activo. Durante o ano de 2017, não foi pedido nova avaliação externa, por se entender que o valor do Activo estava devidamente valorizado.

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários:

	2017	2016
Matérias primas, Subs. e de Consumo		
Valor Bruto	2.455.465,00	2.527.431,61
Imparidades	(470.251,00)	(450.092,06)
	1.985.214,00	**2.077.339,55**

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

a) Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2016	2.284.650,07
Compras	9.187.903,13
Existências em 31 de Dezembro de 2016	2.527.431,61
	8.945.121,59
Existências em 1 de Janeiro de 2017	2.527.431,61
Compras	5.936.906,63
Existências em 31 de Dezembro de 2017	2.455.465,00
	6.008.873,24

b) Imparidade de inventários reconhecida como um gasto/rendimento do período:

	2017	2016
Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	20.158,94	16.244,25
	20.158,94	**16.244,25**
Reversões de Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	-	-
	20.158,94	**16.244,25**

11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2017	2016
Venda de Mercadorias		
Subprodutos, Resíduos e Refugos		
Portugal	663.554,30	606.204,62
	663.554,30	**606.204,62**
Prestações de Serviços		
Serviços		
Total Europa	**32.864.454,32**	**34.173.424,07**
Portugal	2.162.796,85	1.612.861,28
U.E.	26.674.594,28	18.139.829,18
Outros	4.027.063,19	14.424.733,61
Total África	**2.249.173,00**	**7.401.992,00**
Total América	**35.960.734,77**	**48.015.907,12**
Total Ásia	**7.075.079,06**	**8.429.505,96**
Total Oceânia	**8.213.705,15**	**3.501.266,75**
	86.363.146,30	**101.522.095,90**
	87.026.700,60	**102.128.300,52**

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2017	663.554,30	84.411.664,92	1.433.373,68	518.107,70	**87.026.700,60**
2016	606.204,62	100.354.343,67	561.172,43	606.579,80	**102.128.300,52**

12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	Provisões para saldos devedores de fornecedores	Provisões para Comissões / claim	Outras Provisões	Total
A 01 de Jan. de 2016	**162.517,76**	**-**	**497.666,38**	**1.269.110,00**	**207.000,00**	**2.136.294,14**
Aumentos do ano	-	150.000,00	158.419,81	1.591.233,05	815.000,00	2.714.652,86
Utilizações no ano	-	-	-	(784.941,00)	-	(784.941,00)
Reversões do ano	-	-	-	(305.976,00	(35.000,00)	(340.976,00)
A 31 de Dez. de 2016	**162.517,76**	**150.000,00**	**656.086,19**	**1.769.426,05**	**987.000,00**	**3.725.030,00**
A 01 de Jan. de 2017	**162.517,76**	**150.000,00**	**656.086,19**	**1.769.426,05**	**987.000,00**	**3.725.030,00**
Aumentos do ano	-	-	-	868.186,87	100.000,00	968.186,87
Utilizações no ano	-	(19.127,65)	-	(784.843,74)	-	(803.971,39)
Reversões do ano	-	(130.872,35)	(1.426,80)	(613.734,76)	(723.962,50)	(1.469.996,41)
Reclassificação (*)			(654.659,39)	(181.503,36)		(836.162,75)
A 31 de Dez. de 2017	**162.517,76**	**-**	**-**	**1.057.531,06**	**363.037,50**	**1.583.086,32**

(*) Os valores das Reclassificações foram transferidos para Imparidades

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2017	2016
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos	831,96	8.032,97
	831,96	**8.032,97**
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Outros gastos e perdas	4.415,67	4.997,01
	4.415,67	**4.997,01**

14.Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Imposto Corrente		
IRC do ano	2.319.142,16	3.409.523,16
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(1.167.688,87)	(750.149,69)
Outros movimentos	-	-
	1.151.453,30	**2.659.374,47**

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Excesso de Estimativa para Impostos	1.000,33	-
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	63.597,25
	1.000,33	**63.597,25**

Durante o Exercício de 2017, não ocorreram alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos.

A alteração do valor registado em impostos diferidos decorre da variação da sua base (diferenças temporárias tributadas).

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	3.105.423,00	9.374.210,97		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	**652.138,83**	**1.968.584,30**	**21,00%**	**21,00%**
Proveitos não tributáveis				
Reversão de ajustamentos e de imparidades	616.358,55	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	2.273.967,80	2.475.377,79		
Seguro Excellentia	253.452,00	434.009,00		
Excesso de estimativa p/Imp. e Restituição Imposto	842,60	60.356,53		
Benefícios Fiscais	54.165,00	101.553,38		
	3.198.785,95	**3.071.296,70**	**(21,63%)**	**(6,88%)**
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	-	10.000,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	258,45	909,86		
Gastos não documentados	342.719,15	431.938,42		
Variações patrimoniais positivas	-	-		
Amortizações e Abates não aceites fiscalmente	13.884,93	13.830,24		
Provisões para além limites legais	968.186,87	2.714.652,86		
Registo de perdas de Imparidade	6.231.656,95	16.244,25		
Créditos Incobráveis	1.426,80	1.532.340,42		
Insuficiência Estimativa para Impostos	-	63.597,25		
Seguro Excellentia	-	-		
Correcções relativas a Exercícios anteriores	336.430,84	467.754,94		
Outros	112.216,47	139.437,83		
	8.006.780,46	**5.390.706,07**	**54,14%**	**12,08%**

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2017	2016	2017	2016
Lucro tributável	7.913.417,51	11.693.620,34		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	**1.661.817,67**	**2.455.660,26**	**53,51%**	**26,20%**
Tributação autónoma	337.952,36	388.777,57	10,88%	4,15%
Derrama	118.701,26	175.404,31	3,82%	1,87%
Derrama Estadual	200.670,88	389.681,02	6,46%	4,16%
Efeito do aumento / reversão de Impostos diferidos	(1.167.688,87)	(750.148,69)	(37,60%)	(8,00%)
	(510.364,37)	**203.714,21**	**(16,43%)**	**2,17%**
Imposto sobre o Rendimento	**1.151.453,30**	**2.659.374,47**	**37,08%**	**28,37%**

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2017	2016	2017	2016
Impostos Diferidos Activos				
Outras	2.170.908,25	938.589,63	1.197.343,89	938.589,63
Seguro Excellentia	-	34.974,73	-	(188.440,94)
	2.170.908,25	**973.564,36**	**1.197.343,89**	**(750.148,69)**
Impostos Diferidos Passivos				
Seguro Excellentia	(29.655,02)	-	(29.655,02)	-
	(29.655,02)	**-**	**(29.655,02)**	**-**

15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2017	2016
Activos		
Não Corrente		
Outros Activos Financeiros	945.934,89	913.945,89
Outros Créditos a Receber	116.294,19	-
	1.062.229,08	**913.945,89**
Corrente		
Clientes		
Bruto	16.982.016,54	15.286.929,09
Imparidades	(6.356.585,15)	(543.263,51)
Adiantamentos a Fornecedores	522.990,02	509.654,01
Imparidades	(397.210,50)	-
Outros Créditos a Receber	3.554.317,99	3.959.214,46
Imparidades	(220.770,07)	-
	14.084.758,83	**19.212.543,05**
Passivos		
Não Corrente		
Outras Dívidas a pagar	-	137.155,81
Corrente		
Fornecedores	21.414.307,61	25.303.935,28
Adiantamentos de Clientes	29.430,36	29.230,36
Outras Dividas a Pagar	7.230.931,06	7.585.682,99
	28.674.669,03	**32.918.848,63**
Capital Próprio		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	5.000.000	**5.000.000**

15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Liquido
2017	16.982.016,54	6.356.585,15	10.625.431,39
2016	15.286.929,09	543.263,51	14.743.665,58

			Dívida Vencida				
	Saldo Líquido	Dívida não Vencida	< 30 Dias	30-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
2017	10.625.431,39	5.815.480,45	666.581,81	563.904,92	142.825,37	-	3.436.638,84
2016	14.743.665,58	10.371.388,45	1.377.315,00	1.772.375,60	119.600,00	925.771,60	177.214,93

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Exercício de 2017					
Clientes	543.263,51	6.356.585,15	(543.263,51)	-	6.356.585,15
	543.263,51	**6.356.585,15**	**(543.263,51)**	**-**	**6.356.585,15**
Exercício de 2016					
Clientes	2.101.643,03	-	(1.558.379,52)	-	543.263,51
	2.101.643,03	**-**	**(1.558.379,52)**	**-**	**543.263,51**

15.2 Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber discriminam-se como segue:

	2017	2016
Outros créditos a receber não correntes		
Outros activos financeiros	116.294,19	-
Outros créditos a receber correntes		
Devedores por acrescimo de rendimentos		
Rédito das encomendas em curso	3.121.376,78	3.525.178,42
Juros Depósitos a Prazo	15.462,00	12.420,00
Outros	97.778,43	120.199,22
Outros devedores e credores		
Pessoal	1.298,37	931,85
Processos Judiciais	97.632,34	44.286,34
Outros	220.770,07	256.198,63
Imparidade	(220.770,07)	-
	3.333.547,92	**3.959.214,46**

Por forma a garantir o tratamento contabilístico em conformidade com a NCRF 20 para as reparações /obras que transitam em curso para o Exercício de 2017, procedeu-se a uma análise do rédito e gastos associados a cada uma delas. Face aos gastos já incorridos, facturação já emitida e margem/mark-up estimados, procedeu-se ao registo de um acréscimo de rendimentos em conformidade. A variação desta rubrica relaciona-se com grandes reparações que transitam de ano, que se estima que sejam concluídas durante o primeiro trimestre de 2018.

15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2017	2016
Fornecedores conta corrente		
Nacionais	9.930102,36	22.998.449,84
Estrangeiros	182.732,65	814.814,79
Empresa Mãe	4.884,99	311.929,95
Empresas Subsidiárias	10.523.519,18	-
Fornecedores recepção e conferencia	773.068,43	1.178.740,70
	21.414.307,61	**25.303.935,28**
Adiantamentos a fornecedores		
Nacionais	471.381,68	406.541,27
Imparidades	(397.210,50)	-
Estrangeiros	51.608,34	103.112,74
	125.779,52	**509.654,01**

15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2017	2016
Outras Dívidas a Pagar – Não Correntes		
Outros Activos Financeiros	-	137.155,81
Outras Dívidas a Pagar – Correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	-	134.551,35
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	1.432.440,98	1.450.188,18
Prestadores de Serviços	-	70.000,00
Trabalhos Especializados	-	12.000,00
Renda Estaleiro	551.703,33	(326.700,79)
Comissões	870.246,27	2.447.353,22
Brokers	1.544.872,41	-
Claims e Settlements	871.513,50	-
Obras Internas	176.489,79	728.782,58
Centros de Custo	11.230,78	1.247.796,87
Custos Projectos	668.550,20	157.479,57
Outros	162.225,22	153.591,62
Agentes	442.559,99	272.824,17
Outros devedores e credores		
Pessoal – Gratificações de Balanço	480.000,00	1.200.000,00
Diversos	19.098,59	37.816,22
	7.230.931,06	**7.585.682,99**

15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2016	2015
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.745,00	3.641.745,00
THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG	1.000.000,00	1.000.000,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	148.330,00
PÚBLICO (OPT)	209.925,00	209.925,00
	5.000.000,00	**5.000.000,00**
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	Beneficiários	Moeda	Montante
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	55.660,00
M/BCP	Alfândega de Setúbal	EUR	100.000,00
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	24.939,00

15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação e avaliação – é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outros Créditos a Receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	658.972,54	828.764,62
Remunerações do Pessoal	8.228.440,41	8.975.788,70
Outras Remunerações		
Encargos sobre Remunerações	1.929.623,08	1.963.772,13
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	228.387,39	225.771,77
Gastos de Acção social	908.651,25	827.045,78
Outros gastos com o Pessoal	(251.367,36)	(432.044,74)
	11.702.707,31	**12.389.098,26**

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento financeiro é apresentado, em balanço, no activo não corrente pelo valor de 945.935 Euros (2016: 913.946). Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 31.988 Euros (nota 17.5).

No que respeita ao valor das responsabilidades por serviços passados (líquido o activo da apólice OEXL103112068), este é apresentado no activo por um valor de 116.294 Euros e em 2016 no passivo, por um valor de 137.156. O valor da responsabilidade foi ajustado pelo gastos de juros, ganhos actuariais e rendimentos financeiros da apólice OEXL103112068, num total líquido de (253.452) Euros (gastos com o pessoal).

O ganho actuarial é gerado maioritariamente pela redução da população segura. Esta redução de responsabilidade leva à necessidade de não haver ajustamento contributivo no corrente ano. A perda financeira ao nível dos activos que financiam as responsabilidades decorre da diferença entre a rentabilidade real e o pressuposto de rentabilidade de longo prazo.

Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por Entidade Independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Saldo a receber		
Imposto sobre o rendimento	344.739,12	963.835,49
IVA	1.892.715,25	3.216.320,48
	2.237.454,37	**4.180.155,97**
Saldo a pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	165.051,53	295.168,23
Contribuição para a Segurança Social	202.646,29	227.464,44
	367.697,82	**522.632,67**

O valor de imposto sobre o rendimento apresentado no quadro acima corresponde à estimativa de imposto deduzida dos pagamentos especiais por conta, pagamentos adicionais por conta e retenções na fonte efectuadas durante o ano de 2017.

17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	95.581,20	140.440,29
Assistência Software	14.985,52	66.295,43
Contrato Publicidade	6.177,27	5.544,27
Outros Gastos	2.927,33	19.344,91
	119.671,32	**231.624,90**

	2017	2016
Ganhos a reconhecer		
Reparações	-	2.313.998,80
	-	**2.313.998,80**

17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2016	**1.398.173,26**	**22.273.795,07**	**13.611.898,68**	**37.283.867,01**
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(13.500.000,00)	-	(13.500.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	13.611.898,68	(13.611.898,68)	-
Resultado do ano	-	-	6.714.836,50	6.714.836,50
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**1.398.173,26**	**22.385.693,75**	**6.714.836,50**	**30.498.703,51**
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	**1.398.173,26**	**22.385.693,75**	**6.714.836,50**	**30.498.703,51**
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(6.700.000,00)	-	(6.700.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	6.714.836,50	(6.714.836,50)	-
Resultado do ano	-	-	1.953.969,70	1.953.969,70
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**1.398.173,26**	**22.400.530,25**	**1.953.969,70**	**25.752.673,21**

17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Subcontratos	35.432.643,84	43.998.254,45
Trabalhos especializados	3.011.165,30	2.729.826,00
Publicidade e propaganda	88.667,50	112.407,53
Vigilância e segurança	467.150,76	462.159,87
Honorários	287.305,28	403.375,14
Comissões	3.532.389,68	1.736.667,34
Conservação e reparação	4.895.298,96	4.440.326,62
Ferramentas e utensílios	3.613,19	557.771,52
Livros e documentação técnica	26.574,81	32.456,80
Material de escritório	52.069,82	59.760,08
Artigos para oferta	62.206,69	84.978,80
Electricidade	2.107.816,38	2.074.214,77
Combustíveis	944.637,23	1.024.342,76
Deslocações e estadas	200.675,22	238.427,96
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.080.529,55	1.118.300,92
Rendas e alugueres	4.495.837,64	5.183.451,26
Comunicação	102.150,49	115.375,53
Seguros	1.205.921,89	1.461.676,66
Royalties	43.357,92	27.027,90
Contencioso e notariado	1.121,52	2.605,24
Despesas de representação	115.544,89	147.538,88
Limpeza, higiene e conforto	328.202,60	319.480,38
Outros	2.911.629,56	2.562.140,36
	61.396.510,72	**68.892.566,77**

Locações Operacionais

Durante os exercícios de 2016 e 2017 foram reconhecidos como custos os montantes de 154.246,65 e 158.564,81 Euros, respectivamente, relativos a rendas a título de contratos de locação operacional, incluídos na rubrica de Rendas e alugueres.

Adicionalmente, à data de balanço a sociedade detinha contratos de locação Operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	2017	2016
Total dos futuros pagamentos mínimos		
Não mais de um ano	122.482,97	166.362,95
Mais de um ano e não mais de 5 anos	222.994,32	106.672,74
Mais de 5 anos	-	-
	345.477,29	**273.035,69**

17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
Outros	446.146,92	447.823,64
Descontos de pronto pagamento obtidos	228.923,74	198.246,57
Ganhos em Inventários	49.429,15	89.354,55
Rendimentos e ganhos nos restantes Activos		
Diferenças de Câmbio	831,96	8.032,97
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações	-	-
Outros	213.104,48	14.285,54
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	1.629.650,43	952.626,69
Excesso da estimativa para Impostos	1.000,33	4,20
Restituição de Imposto	-	60.356,53
Outros não especificados	400,41	79.686,76
Juros Obtidos		
De Depósitos	39.636,97	35.471,17
Outros Rendimentos Similares	**31.988,00**	**30.907,00**
	2.641.112,39	**1.916.795,62**

Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 31.988 Euros. Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	20.764,96	24.305,81
Dividas Incobráveis	543.366,26	1.532.340,42
Descontos de Pronto Pagamento	-	-
Perdas em Inventários	2.521,07	22.451,01
Perdas em Alienação/Abates	1.181,66	1.122,96
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	336.430,84	467.754,94
Donativos	68.500,00	216.000,00
Quotizações	69.262,12	72.293,56
Insuficiência de estimativa para impostos	-	63.597,25
Despesas não Documentadas	342.719,15	431.938,42
Multas e penalidades	-	-
Multas não fiscais	258,45	909,75
Outros	573,21	355,23
Juros Suportados		
Juros mora e compensatórios	-	0,11
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras	4.415,67	4.997,01
Outros Gastos e Perdas		
Outros	17.691,33	26.772,50
	1.407.684,72	**2.864.838,97**

17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	934.760,32	747.844,07
	934.760,32	**747.844,07**

18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 27 de Fevereiro de 2018.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.172,5 Acções cada, por via da NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. e da NAVALSET, SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83 % e de 20,00 % do Capital Social da Lisnave, respectivamente os seguintes Accionistas:

- Navivessel – Estudos e Projectos Navais, S.A., S.A
  Titular de 728.349 Acções.
- Thyssenkrupp Industrial Solutions AG
  Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídas do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 do artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais facturados, pelo Revisor Oficial de Contas, no Exercício 2016 e 2017 foram de 27.200,00 Euros e 25.200,00 Euros, respectivamente.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

Administradores	Empresas	Cargos Desempenhados
José António Leite Mendes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Nelson Nunes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Aloísio Fernando Macedo da Fonseca	Metrocom, S.A.	Director-Geral
João Rui Carvalho dos Santos	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Dakarnave, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gaslimpo, S.A.	Administrador
	Associação das Indústrias Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fórum Oceano – Assoc. Econ. Mar	Vice-Presidente Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Presidente Conselho Fiscal
	AISET – Assoc. Ind. Península Setúbal	Presidente Conselho Fiscal
	CPS – Comunidade Portuária Setúbal	Presidente Conselho Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Manuel Serpa Leitão	Navivessel, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador-Delegado
	Gaslimpo, S.A.	Presidente C. Administração
	Tecor, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Rebocalis, Lda.	Presidente
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2017

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2017, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da Lisnave, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

5. O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2017, desenvolvida num contexto caracterizado por (i) condições de mercado particularmente adversas dependente dos efeitos no sector da reparação naval da crise de crescimento da economia mundial, (ii) do continuado desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado do transporte marítimo e seus consequentes efeitos nas taxas de frete, (iii) da redução do número de consultas e do baixo índice de sucesso comercial, (iv) na perspectiva da rentabilidade para os armadores, da continuada baixa do valor das taxas de frete médios dos navios transportadores de graneis sólidos e da frota de petroleiros, e (v) elevado nível de imparidades de dividas a receber.

6. A actividade da Lisnave no exercício - que continua a ser exercida em condições de mercado particularmente adversas que, desde 2009, tem vindo a afectar o mercado da reparação naval – atingiu, não obstante, um nível de desempenho globalmente positivo, expresso por:

- nível de trabalho médio obtido para os 78 navios reparados, que registou variações diferentes: aumento no segmento das grandes reparações e ligeira redução nas reparações de rotina;

▶ as 77 encomendas geradas no exercício (7 acima dos 71 reportados em 2016) traduziram-se numa estabilização da relação consultas/encomendas/taxa de sucesso comparada com o ano anterior, da ordem de 17%;
▶ manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 84,2 milhões de euros, menos 5,7 milhões de euros que em 2016;
▶ resultado líquido positivo de 1.954 milhares de euros.

7. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:

▶ o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 87 milhões de euros, inferiores em cerca de 14,8% ao registado em 2016;
▶ o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 11,7 milhões de euros, representando 13,5% do total dos Gastos de exploração;
▶ o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 3,1 milhões de euros, representando 3,5% do total dos Rendimentos de Exploração;
▶ o "cash-flow" gerado no exercício de 4 milhões de euros;
▶ a evolução desfavorável de indicadores de gestão, económicos e financeiros comparativamente ao registado no exercício anterior continuando, não obstante, a traduzir uma forte sustentabilidade económica.

8. Face ao exposto, e como consequência das acções desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as moderadas expectativas de estabilidade quanto à evolução da actividade da Lisnave para o ano de 2018, vem, em conclusão, emitir o seguinte

PARECER

A) que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;

B) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 1.953.969,70 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente
Francisco José da Silva

Vogal
Maria Isabel Louro Caria Alcobia

Vogal
RSM & ASSOCIADOS – Sroc, Lda., representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras – Exercício de 2017

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 61.407.781,40 euros e um total de capital próprio de 30.752.673,21 euros, incluindo um resultado líquido de 1.953.969,70 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A., em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

▶ avaliação da capacidade de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:
▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A.;
▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A., para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. descontinue as suas actividades;
▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Lisnave – Estaleiros Navais, S.A., não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2018

RSM & Associados - Sroc, Lda.
representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 28 DE MARÇO DE 2018 RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2017

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezoito, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da Lisnave – Estaleiros Navais, S.A..
Assumiu a direcção dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.
O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S. A., representada pelo Sra. Dra. Ana Rita Martins Rodrigues Eusébio, titular de 728.349 (Setecentas e vinte e oito mil e trezentas e quarenta e nove) acções, representativas de 72,83% (Setenta e dois vírgula oitenta e três por cento) dos votos;
- Thyssenkrupp Industrial Solutions AG, representada pelo Sr. Eng. Hanspeter Hartmann, titular de 200.000 (duzentas mil) acções, representativas de 20% (vinte por cento) de votos;
- Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A., representada pelo Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição, titular de 29.666 (Vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis) acções, representativas de 2,96% (Dois vírgula noventa e seis por cento) dos votos;
- Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de 10.000 (Dez mil) acções, representativas de 1% (Um por cento) dos votos;

Estava, igualmente, presente o Conselho de Administração, bem como o Conselho Fiscal da Sociedade, cujo Presidente, bem como a Vogal Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia não estiveram presentes.

Ponto Um Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2017

O Presidente da Mesa, ..., propôs que o ponto dois da Ordem de trabalhos fosse votado conjuntamente, dada a conexão de matérias, no que todos assentiram.

Ponto Dois Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal

... o Presidente da Mesa submeteu então à votação conjunta o Relatório e Contas do Exercício de 2016 e o Relatório do Conselho Fiscal, os quais foram aprovados por unanimidade.

Ponto Três Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados

..., o Sr. Presidente informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta de Aplicação dos Resultados, subscrita pelo Conselho de Administração, que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta de Aplicação de Resultados
Tendo-se verificado no Exercício de 2017, um resultado positivo, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço aos Trabalhadores.
Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

▶ Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
▶ Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 1.953.969,70 (Um milhão, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove Euros e setenta cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	1.950.000,00 Euros;
Resultados Transitados	3.969,70 Euros.

Mitrena, 28 de Março de 2018
A Administração"
(seguem-se assinaturas de dois Administradores da Lisnave)

..., o Presidente pôs a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

Ponto Quatro Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade
Entrando no ponto quatro, o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta
A Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos mandatos, designadamente durante o Exercício de 2017, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um Voto de Louvor aos Conselhos de Administração e Fiscal da Lisnave, Estaleiros Navais S.A..

Caparica, 28 de Março de 2018
O Representante do Accionista Navivessel
(Segue-se a assinatura do Representante da Navivessel)"

O Presidente da Mesa, associou-se ao voto de louvor proposto pelo Accionista Navivessel.

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto Cinco Proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o Quadriénio 2017 – 2020.
Entrando no último ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., na qualidade de Accionista maioritário da Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., vem, nos termos legais, apresentar a seguinte lista para os Membros dos Órgãos Sociais da Lisnave, cujos Titulares serão eleitos para o quadriénio 2017-2020:

MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS. MANDATO: QUADRIÉNIO 2017-2020

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Vice-Presidente:
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro
Secretário:
Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente:
Engº. José António Leite Mendes Rodrigues
Vogais:
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão
Engº. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos

CONSELHO FISCAL
Presidente:
Engº. Manuel Serpa Leitão
Vogais:
Dra. Tânia Sofia Luís Mineiro
"RSM & Associados, SROC, Lda." Nº 21 – Representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC Nº 320
Suplente:
Dr. António José Lino do Patrocínio Santos, ROC Nº 840

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

COMISSÃO DE VENCIMENTOS
Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Secretário:
Eng. Hanspeter Hartmann

Caparica, 28 de Março de 2018
(O Representante do Accionista Navivessel)"

..., o Presidente pôs à votação aquela proposta, que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente sessão, da qual vai ser lavrada a correspondente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário da Mesa.

DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Brasil
Quilha Engenharia Naval e Representações
Rio de Janeiro
Tel.: + 55 21 253 9 3023
Fax: + 55 21 228 6 6874

Espanha
Medco Shipbrokers, S.L.
Madrid
Tel.: + 34 91 431 52 35
Fax: + 34 91 575 05 00

Canadá
Wisepool Enterprises Ltd
(Transma Agents)
Vancouver
Tel.: + 1 604 272 18 73
Fax: + 1 604 272 18 43

Singapura/Malásia/Tâilandia/Indonésia
C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.
Singapore
Tel.: + 65 633 866 67
Fax: + 65 633 810 11

Chipre
WSR – Services, Ltd.
Limassol
Tel.: + 357 25 34 44 18
Fax: + 357 25 34 44 19

Alemanha
Zoepffel & Shneider GMBH
Hamburg
Tel.: + 49 40 879785-0
Fax: + 49 40 879785-20

Grécia
Resolute Maritime Service Inc.
Athens
Tel.: + 30 211 182 90 00
Fax: + 30 211 182 90 02

Hong-Kong/República da China/Taiwan/Macau/Filipinas
Transma Limited
Wanchai
Tel.: + 852 28 611 623
Fax: + 852 28 613 901

Índia
Nautilus International
Mumbai
Tel.: + 91 22 2284 0878
Fax: + 91 22 2202 0452

Itália/Mónaco/Suíça
Cambiaso & Risso Sevive SAM
Monaco
Tel.: + 377 9880 1360
Fax: + 377 9798 7848

Noruega
Ulrik Qvale & Parteners
Oslo
Tel.: + 47 22 52 16 16
Fax: + 47 22 51 16 08

Arábia Saudita
The Reda Establishement
Alkhobar
Tel.: + 966 3 889 04 46
Fax: + 966 3 889 04 47

Holanda/Belgica/Luxemburgo
Esma Marine Agencies BV
Amsterdam
Tel.: + 31 20 31 21 350
Fax: + 31 20 696 69 00

Emiratos Arábes Unidos
Caribbean Trading Co LLC
Sharjah
Tel.: + 97 16 533 6334
Fax: + 97 16 533 6553

Reino Unido/Irlanda
Calvey Marine Limited
West Sussex
Tel.: + 44 903 748860
Fax: + 44 903 743390

E.U.A. / Canadá
East Coast Marine Alliance LLC
Norwalk
Tel.: + 1 203 86 64 11 0
Fax: + 1 203 86 64 16 1